

www.etm.com.br

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

ARGENTINA
A RESSACA NEOLIBERAL

238



R\$ 6,00

ISSN 0101-7993



VIOLÊNCIA
MEDO ANGUSTIA BRASIL

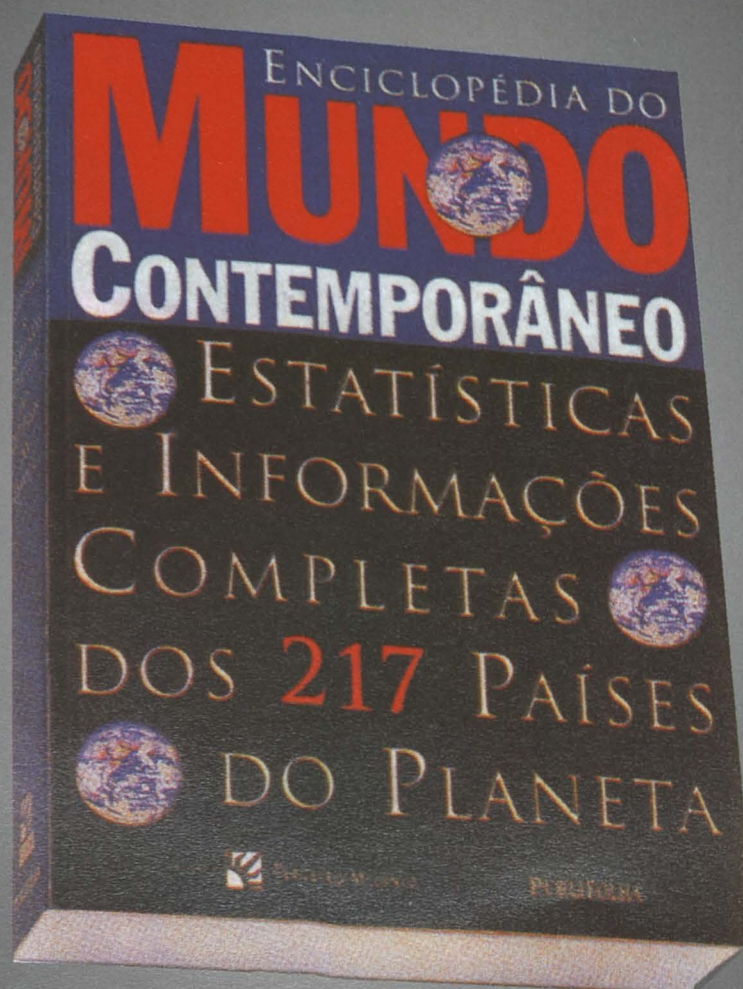
PALESTINA

PROVOCAÇÕES DE SHARON ENTERRAM A PAZ

EM BREVE

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Nova edição revista e atualizada - 2002



PREÇO PREVISTO

R\$57,00

FAÇA SUA RESERVA:

Telefone: (21) 2221-7511

Fax: (21) 2252-8455

E-mail: assinaturas@etm.com.br

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

O blefe

Quando o governo federal acenou com a necessidade de um racionamento de energia, iniciou uma jogada política (eleitoreira) com risco calculado. Podemos agora imaginar que o "esvaziamento" dos reservatórios não se deu apenas pela falta de colaboração de São Pedro. O verter (termo técnico que significa jogar água fora) água foi uma das causas do esvaziamento de nossos reservatórios. A partir daí, como o fato não foi explorado politicamente pela oposição, o governo começou a capitalizar a crise. O primeiro passo foi a criação de um grupo para gerenciá-la. Em seguida ameaçou o povo com multas e cortes de energia para quem não economizasse e neste clima atravessamos o período de seca nas cabeceiras dos rios.

Com a aproximação do verão, com certeza a galera ia reclamar, e aí o governo adotou outra estratégia: o afrouxamento das metas de consumo. Com o início das chuvas, simultaneamente, deixou-se de verter água. Isto associado à economia conseguida (o único fato positivo), permitiu que o nível das águas voltasse a subir. Agora, o governo já anuncia a erradicação do racionamento. É a nova fase da estratégia, o governo dando uma de "bonzinho" com o povo.

Finalmente, o governo conseguiu que as multinacionais concluíssem, de forma emergencial, isto é, sem muitos critérios, os projetos de geração alternativa de energia e vendessem seus geradores. Era a forma de atender acordos feitos com as distribuidoras, compensando seus investimentos pós-privatização, com aumentos não programados de tarifas.

Ailson Dalton
Rio de Janeiro - RJ
Por correio eletrônico

Material de estudo

É com grande prazer e estima que estamos entrando em contato com a melhor publicação independente do país, e, inclusive, uma das mais lidas em nosso meio, se não a mais, na Universidade Federal de Sergipe. Aqui, ela serve inclusive de amparo educacional para os nossos mestres e doutores. Nós, do Diretório Acadêmico Livre de História (UFSSE), representantes dos es-

tudantes do curso de História em Sergipe, temos a total certeza que, quando os nossos colegas passarem a ter esse material como fonte de informações e material de estudo, passarão a ter formação ideológica muito melhor.

Que vocês continuem desempenhando este importante papel, como meio de comunicação livre e independente.

André Machado Santana
Diretório Acadêmico Livre de História
Sergipe - Correio Eletrônico

'cadernos' na aula

É com imenso prazer que lhes escrevo a fim de dar-lhes os mais sinceros parabéns pela revista. Como professor recém-formado em Geografia, **cadernos** sempre me ajudou bastante nos trabalhos universitários e agora mais ainda em sala de aula.

Herbert de Alencar
Nova Olinda - Ce

Amor à primeira leitura

Há algum tempo tive conhecimento desta memorável revista, a qual me conquistou de imediato. Sua forma simples, objetiva e direta de falar dos problemas da América Latina, que também são os nossos, não se esquecendo do que passa pelo mundo, é de grande utilidade para o nosso senso crítico. As informações contidas em **cadernos do terceiro mundo** não são encontradas em nenhum outro veículo informativo, tornando-a uma publicação única.

Gustavo Severino Pacheco
Ipatinga - MG

Globalização

Comecei a ler esta revista e achei por demais importante suas matérias. Sou professor de Matemática em Pernambuco e gosto de estar informado sobre o que acontece no mundo que se globaliza pouco a pouco.

Eliel Pereira
Jaboatão do Guararapes - PE

Impérios e vítimas

(Em solidariedade com o povo argentino)

*Assim são os impérios.
Instalam sanguessugas vorazes
No flanco dos países subjugados,
E, gota a gota, dólar a dólar, sugam-lhes
O ouro, o trabalho, a cultura, a vida.*

*Impõem sobre eles pesados tributos,
Exigindo o cumprimento inflexível
De leis, metas e acordos unilaterais.
Com esses e outros mecanismos,
Arquitetam, por anos e décadas a fio,
Saques históricos e programados.*

*Depois, não satisfeitos ainda com a extorsão,
Enviam os abutres do FMI
e de outros organismos,
Com pastas e roupas pretas,
expressão grave e felina,
Para triturar e raspar até o último dos ossos
Toda a carniça que possam encontrar.*

*Quando a vítima entra em agonia,
Ocupam confortavelmente seus tronos,
Assistindo de cima as turbulências
e convulsões
Das turbas famintas, cegas
e insubordinadas
Que, aos gritos de revolta,
vão tomando ruas e praças.*

*Do alto de suas torres e mansões,
Ao abrigo de contas bancárias fabulosas,
Contemplam indiferentes
e a uma segura distância
O espetáculo da fome e da miséria,
do medo e da morte,
Isentando-se de toda responsabilidade
sobre o crime.*

*Com olhares de águia assassina,
Põem-se logo a sobrevoar todo o planeta,
Degustando com apetite insaciável
As riquezas e os juros da próxima vítima.*

Alfredo J. Gonçalves
Brasília - DF
Via correio eletrônico

Tempos da desesperança

A história rola pelas estradas do tempo, marcando cada momento com seus eventos pequenos e grandes. As épocas se fixam a partir de características geradas por crises que se estendem pelo mundo e abalam nações. Cada grande momento de virada é, assim, uma época de dores e confrontos, em que as armas costumam roubar a cena.

Isto está se mostrando de novo verdadeiro, tanto na grande cena internacional, onde os interesses globais de alguns poucos atores parecem decididos a moldar o mundo a ferro e fogo, quanto nas cenas nacionais, principalmente no Terceiro Mundo. Os grandes acenam com décadas de guerras localizadas, enquanto os países em desenvolvimento não atinam onde esteja a solução para suas crises sociais, econômicas e políticas, que adquirem cada vez mais o som ameaçador de guerras civis não declaradas.

Na Argentina, doze anos de doce ilusão de moeda forte com desnacionalização da economia terminaram em situação trágica. O país do desemprego acordou da letargia, saturado da propaganda neoliberal e aterrorizado ante o que o futuro lhe reserva. A violência tomou as ruas; a cidadania se mostra tonta.

No Brasil, a receita vai produzindo os mesmos efeitos. Não há panelaços civis, mas a violência anônima das ruas há muito expressa os efeitos das políticas neoliberais, que deixam o social e outras prioridades nacionais como temas secundários. Nossas metrópoles transformaram-se em laboratórios do crime, da insegurança e da desesperança. E a solução, evidentemente, não cabe simplesmente à polícia.

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Procopio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

ASSINATURAS
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: Assinaturas@etm.com.br
Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS
Ao preço do último exemplar. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE
Gerente: Kleber Saboya
Rua Conde de Lages, 44 / 509 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
Correio Eletrônico: etm@etm.com.br
Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações
Rua Teófilo Otoni, 15 - sala 913 - CEP 20090-080 - Centro - Tel.: (21) 2283-1661
São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

Rua Coronel Ferreira Leal, 201 - 1º andar - Jd Esmeralda - CEP 05589-090 - Fone/Fax: (11) 3735-4541 / 3731-5114
Correio eletrônico: janio_oliveira@uol.com.br

Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.
Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520 - Tel.: (31) 9618-7417

Fortaleza/CE: AJS Assessoria e Marketing Ltda.
Rua Guilherme Rocha, 218/503 - Centro - CEP 60030-140 - Tel.: (85) 226-7560/999-9924

Brasília/DF: JCZ Comunicações
SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 - Tel.: (61) 3222034

Porto Alegre/RS: RS Mídia
Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros - CEP 91751-620 - Tel.: (51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL
Fernando Chinaglia - Tel.: (21) 3879-7766
VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador
Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459
FOTOS: Agence France Presse (AFP), Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc).
PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO
Cadernos do Terceiro Mundo (temas políticos e sociais); Ecologia e Desenvolvimento (assuntos ambientais); Revista do Mercosul (informação do bloco econômico); Almanaque Brasil e Enciclopédia do Mundo Contemporâneo (obras de referência)

EDITORA  **TERCEIRO MILÊNIO**

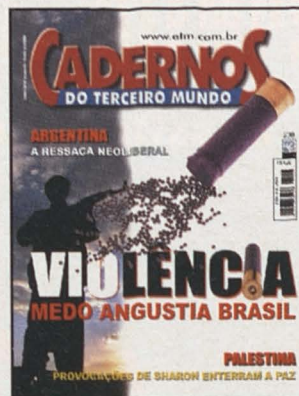
Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Filiada à **ANER**

Sumário

Fevereiro 2002 • Nº 238 • Ano XXVI

ISSN 0101-7993



Fotos de capa: AFP e Photodisc

- 1 CARTAS
- 5 ENTREVISTA
- 8 PANORAMA NACIONAL
- 19 FRASES
- 20 LIVROS
- 22 ECONOMIA
- 25 GENTE
- 26 PANORAMA INTERNACIONAL
- 33 AMÉRICA LATINA/CUBA
ABI protesta contra júri de Miami
Tribunal condena cubanos em julgamento considerado irregular

CAPA
10

Violência política chega ao centro financeiro do país

Antes terra do emprego e do desenvolvimento, hoje abalada pela crise econômica, São Paulo, junto com sua periferia, lança ao país um grito de angústia pelos níveis incontroláveis de violência. Como maior metrópole do país e uma das maiores do mundo, seu drama expressa os impasses sociais, políticos e econômicos em que se debate o Brasil. Pede-se mais polícia nas ruas. Estará aí a solução?

AMÉRICA LATINA/ARGENTINA

- 34 **A primavera argentina**
Diante da falta de propostas para superação da crise, os argentinos continuam mobilizados

- 37 **Sem a camisa-de-força do "currency board"**
A longa agonia chega ao fim com a volta do peso à condição de moeda única

AMÉRICA LATINA/HAITI

- 42 **Todos os sofrimentos do mundo**
Não há trégua para a dor do povo haitiano

AMÉRICA LATINA/COLÔMBIA

- 44 **Nova data para a paz**
Novo prazo é definido para o cessar-fogo

ORIENTE MÉDIO/PALESTINA

- 45 **Num beco sem saída**
Agressões de Sharon deixam Oriente Médio sob impasse

COMUNICAÇÃO/NIGÉRIA

- 48 **O fenômeno dos vídeos domésticos**
Produções independentes modestas contribuem para o resgate das diferentes expressões da cultura popular

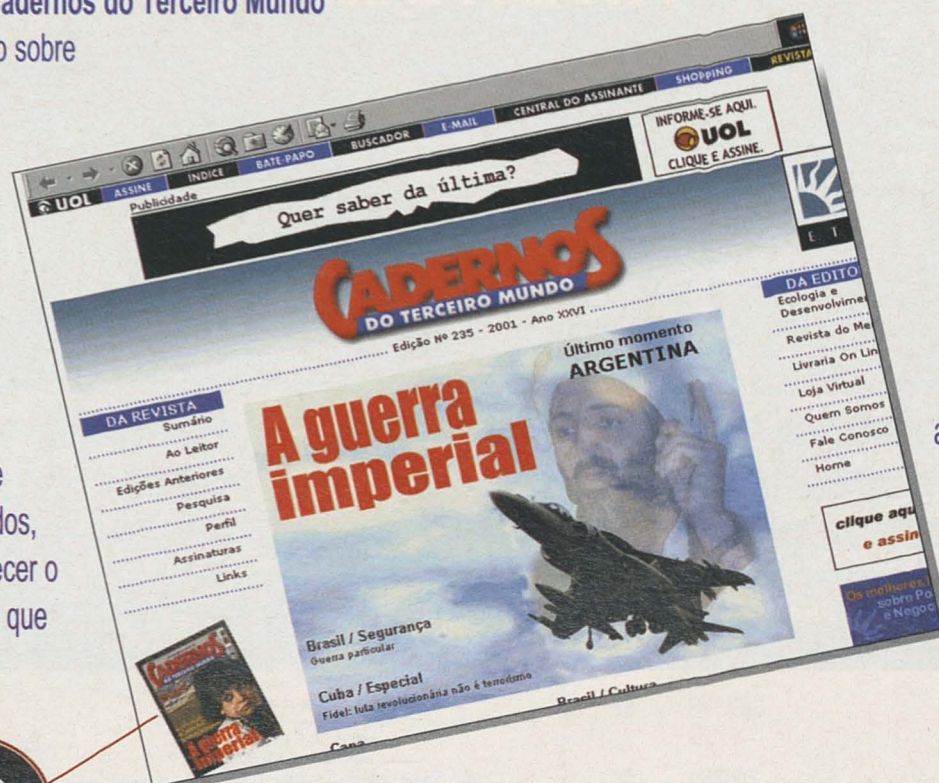
Agora é possível acessar

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

também na UOL

www.uol.com.br/cadernos

O site da revista Cadernos do Terceiro Mundo oferece informação sobre questões atuais da problemática mundial deste século e permite assinar a revista via internet, enviar comentários e sugestões, fazer pedidos de livros e ler artigos publicados, assim como conhecer o sumário da edição que está nas bancas.



Junte-se aos milhares de assinantes que prestigiam a nossa publicação e conheça melhor a nossa história

Visite
o nosso site e
concorra a várias
promoções!



Mas a Editora Terceiro Milênio continua com o seu **site institucional**, no qual estão todas as nossas publicações
www.etm.com.br

Tel.: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455
e-mail: etm@etm.com.br

O povo argentino está se assumindo como protagonista e construtor de sua história

Para o Prêmio Nobel da Paz da Argentina, quando ficar em evidência o que realmente aconteceu com a dívida externa de nossos países, o FMI e o G-7 vão ter que nos devolver dinheiro, porque nós, quanto mais pagamos, mais devemos

Carlos Miranda

UMA DAS CARACTERÍSTICAS DO Movimento dos Direitos Humanos na Argentina é estar na vanguarda dos movimentos sociais. Foi esse movimento que primeiro contestou e enfrentou a ditadura militar (1976-1982), com as Mães da Praça de Maio e os Familiares de Desaparecidos, entre outras entidades. Foi também na luta pelos direitos humanos que surgiu Adolfo Perez Esquivel, prêmio Nobel da Paz de 1980 e uma das maiores lideranças mundiais nesse terreno, nas últimas décadas. O reconhecimento internacional à sua luta silenciosa, espelhado no Nobel, veio quando ele ainda estava sob liberdade vigiada, depois de passar mais de um ano preso pela ditadura argentina, entre 1977 e 1978. Hoje, além de lecionar Direitos Humanos na Universidade de Buenos Aires (UBA), Esquivel atua no Serviço de Paz e Justiça (Serpaj), que existe desde 1950, na Argentina e países sul-americanos. Junto com outras organizações do movimento social, o Serpaj se fez presente nos estrondosos "panelaços" e nas massivas manifestações que acabaram com a renúncia de De la Rúa.

Antes, Esquivel atuou junto à Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) na organização do plebiscito da Frente Nacional contra a Fome e a Pobreza, consulta realizada em todo o país e que condenou com 3,7 milhões de votos a herança de Carlos Menem e o modelo econômico de Domingo Cavallo e De la Rúa.

Apesar do boicote dos meios de comunicação, o plebiscito foi referendado

por 15% do eleitorado argentino e constituiu mais um capítulo da agonia do governo de De la Rúa.

Em meio a toda essa agitação, preparando-se para participar do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Esquivel conversou no velho casarão da rua Piedras, no Bairro de San Telmo, em Buenos Aires, com **cadernos do terceiro mundo**.

O que muda com a ascensão de Eduarde Duhalde?

Adolfo Perez Esquivel – Nada. Duhalde assumiu o poder sem que o povo lhe outorgasse a legitimidade. É presidente porque o peronismo tem maioria no Congresso e assim o determinou. Mas ele não tem a legitimidade do voto. A falência argentina tem muito a ver com a atuação de Duhalde. Ele antecedeu ao atual chanceler Ruckauf no governo de Buenos Aires e ocupou a vice-presidência durante a gestão de dez anos de Carlos Menem. Deixaram a terra arrasada, foram governos pontilhados de corrupção, entrega do patrimônio público e de condescendência com os bancos e a jogatina financeira.

O que acha das medidas econômicas implementadas por Duhalde?

APE – A maior parte é paliativa. Ele não tinha condições de fazer diferente porque está muito atrelado a este modelo econômico e político. A moratória e a desvalorização do peso eram exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de organismos monetários internacionais. Essa aliança que ele propõe com o setor

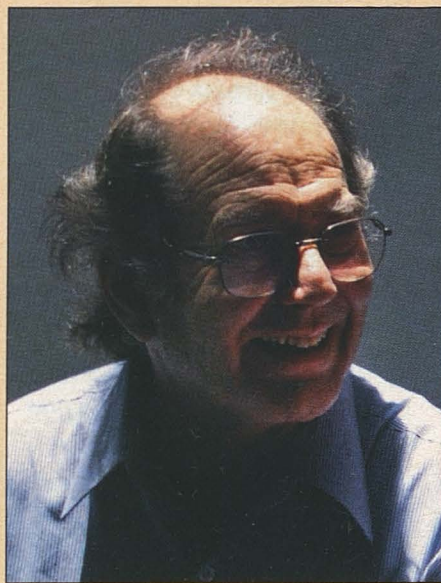


Foto: AFP

Esquivel: 'Não há um projeto nacional de desenvolvimento sustentado'

produtivo e o aparente distanciamento do setor financeiro é estratégica. Mas o que está se fazendo é improvisado; não há um projeto nacional de desenvolvimento sustentado. Na época dos saques, as grandes empresas e supermercados foram protegidos pela polícia e os pequenos negócios entregues à fúria da população. Fala-se em compensar perdas de bancos e de grandes empresas por causa da desvalorização cambial. Mas, por que o Estado não indeniza os pequenos negócios?

Não é cedo ainda para uma avaliação definitiva do novo governo?

APE – Concorro. Mas não há sinais de que se vá mudar o modelo econômico.

O governo não tem projetos definidos para reativar a economia. É sempre aquela velha história: reduzir a estrutura governamental, ajuste fiscal, flexibilização de leis do trabalho, Estado mínimo. Não houve, pelo menos até agora, coragem para denunciar a máfia financeira que implementou no país o terrorismo econômico.

O que acha da moratória?

APE – Nós não queremos moratória. A Argentina não pode perder mais do que perdeu. Nossa proposta é auditar e fazer um pedido consultivo à Corte Internacional de Haia sobre a ilegitimidade da dívida externa. É importante que os governos latino-americanos se unam para fazer um pedido conjunto através da Assembleia Geral da ONU. A partir disso, suspender o pagamento da dívida externa.

Mas estes órgãos não são levados em conta pelos organismos financeiros internacionais...

APE – Da última vez em que estive com Kofi Annan, falei sobre isso. Querem marginalizar ou desmobilizar a ONU. Mas quem faz a força das instituições somos nós. Temos que reativá-las, ou encontrar outros canais. Com uma consulta à Corte Internacional, temos 95% de possibilidade de ganhar. A dívida é imoral. As taxas de juros foram elevadas unilateralmente, sem o consentimento dos devedores. Ademais, muitas dívidas privadas foram assumidas como dívidas de Estado.

Se alguém contrai uma dívida, deve pagar, porém pagar o preço justo e não o preço que, de forma arbitrária, é ditado pela banca internacional. Isto tem gerado o terrorismo econômico, facilitado a apropriação de empresas e de recursos nacionais, nos deixando em estado de indigência econômica e jurídica. Vamos recorrer à Corte e enquanto o Tribunal não der a sentença final, devemos suspender o pagamento. Não é uma moratória, ao contrário. Quando acabar a ilegitimidade, o FMI e o G-7 vão ter que devolver dinheiro aos nos-

sos países. Três frases sintetizam tudo: mais pagamos, mais devemos e menos temos.

Por que De la Rúa não conseguiu editar o pacto de unidade nacional que Duhalde acabou conseguindo?

APE – De la Rúa não teve capacidade política e se submeteu ao mesmo modelo implantado por Menem, com o mesmo ministro da Economia. O que aconteceu, antes, no Equador, é o que se passa na Argentina. Cavallo é um ministro reciclável. Foi presidente do Banco Central durante a ditadura militar. Durante esses anos, encarregou-se de transferir a dívida privada para o Estado e facilitou a especulação financeira. Depois foi ministro da Economia de Menem. Acabou sendo contratado pelo então presidente do Equador, Jamil Mauad, para aplicar, com o respaldo do FMI, o seu milagroso plano. Após dizimar os recursos do povo equatoriano, administrou o congelamento dos fundos bancários, como o que temos agora. Houve uma *pueblada* – um levantamento popular – no Equador e destituíram Jamil Mauad. Hoje, o Equador não pode colocar no mercado internacional meia banana. Se as populações não reagirem, este modelo vai afetar a todos os países da América Latina.

Os argentinos desejam uma nova eleição, mas rejeitam a classe política. Como solucionar esse paradoxo?

APE – Os argentinos estão fartos não só dos políticos, mas de empresários, juízes corruptos, intelectuais entreguistas, que legitimam e defendem o modelo de

sociedade gestada nos últimos 20 anos no país. Porém, a sociedade quer seguir com o modelo democrático e ampliá-lo.

Para isso, o povo sabe que terá de demitir toda a Corte Suprema, porque deu suporte a todas as arbitrariedades dos últimos anos. Apoiou toda a gestão de Menem, que, entre outras ilegalidades, sendo mediador da guerra entre Equador e Peru, vendeu armas ao Equador. Depois se constatou que essas armas eram imprestáveis. Hoje reaparece na Casa Rosada, é bem recebido por pares peronistas, e até se pretende candidato à Presidência.

Quem seria um bom candidato para o movimento social organizado?

APE – A própria deputada Elisa Carrió é uma pessoa honesta e que tem trabalhado bem politicamente, com muita ética. E apareceu nas pesquisas com mais intenção de votos que todos os peronistas juntos. Outro nome importante é o de Luiz Zamora, da Esquerda Unida. Ele tem atuado com muita lucidez, desaprovando toda essa jogatina e corrupção, além de ter tido um bom desempenho nas últimas eleições. A sua é uma força política pequena, mas não devemos nos esquecer de que existem os imprevistos históricos.

Nós, dos organismos de direitos humanos, se em algo fracassamos – isto digo a meus alunos –, foi não termos criado uma força política no momento que tínhamos capacidade. Mas naquela altura esse não era nosso objetivo. Deixamos tudo por conta dos políticos profissionais, que traíram o povo.

Agora a situação é distinta. O movimento social está fortalecido, tem expe-

**A dívida é imoral.
Ademais, muitas dívidas privadas,
em nossos países, foram assumidas
como dívidas de Estado**

riência no trabalho de base e pode gerar um projeto alternativo de poder. Está na hora em que o povo deixa de ser espectador e se assume como protagonista e construtor de sua história.

Como vê o futuro da democracia?

APE – Democracia não é colocar um voto na urna a cada três, quatro anos. O poder, hoje, na Argentina, é um jogo de cartas marcadas. A ação dos peronistas no Congresso é terrível, mostra sua falta de ética. A democracia significa direito de igualdade e liberdade para todos. Aqui ela é no máximo relativa. Temos 30 mortos, milhares de feridos e dezenas de presos por causa dos protestos. Passei os últimos dias na Praça de Maio, correndo de um lado para outro, tragando gás lacrimogênio, presenciando a brutalidade policial.

As crises institucional e econômica e a insatisfação popular não ameaçam a democracia formal?

APE – Este governo é o resultado de um acordo entre a burguesia industrial e agropecuária, legitimado por um acordo entre peronistas e radicais. O povo não foi ouvido nem lhe deu voto de confiança. Ele joga com o possível sucesso de alguma medida para desmobilizar a sociedade e voltar à velha política. Mas a população já deixou claro que os “panelaços” não visavam apenas a De la Rúa e Cavallo; são uma condenação a todos os políticos e principalmente aos peronistas, seus sindicatos pelegos, suas alianças com as máfias financeiras.

Temos que começar a desenvolver a economia regional, ver o mercado interno. Para isso, precisa-se de bons projetos alternativos. Os banqueiros internacionais são como tubarões insaciáveis; não vão permitir que alguém saia do sistema. Faz muito tempo, o presidente Alan García, do Peru, propôs aos presidentes Sarney e Alfonsín pagar os juros da dívida com 10% do valor das exportações. Pressionados pelos Estados Unidos, Sarney e Alfonsín, recuaram. Alan García ficou só. Ontem, falei com al-

O movimento social está fortalecido, tem experiência no trabalho de base e pode gerar um projeto alternativo de poder

guém que é íntimo do ex-presidente do FMI, Michel Candessus. Segundo essa pessoa, que é séria, indagado sobre o problema argentino, Candessus vaticinou: “É o que acontece com os que desobedecem ao fundo.”

O senhor é crítico do papel dos EUA no continente. Por quê?

APE – Os Estados Unidos estão instalando bases militares, inclusive no Brasil. Na Argentina houve treinamento militar de tropas sob o comando de Washington para o Plano Colômbia. No continente, exceto a Venezuela, todos os países participaram. O Brasil também. Isso tem dois objetivos imediatos: garantir a hegemonia norte-americana na região e ajudar na implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A criação da Alca, nos moldes em que está desenhada, trará falência de empresas, desemprego e gerará conflitos. O único controle que os Estados Unidos e esses governos têm é a repressão. Por isso os norte-americanos querem formar uma força de mais de 80 mil homens armados no continente: para o controle social. Quando relacionam o inimigo, as forças armadas da região apresentam os sem-terra, os piqueteiros, os organismos dos direitos humanos, os sindicatos combativos, os desempregados.

O Mercosul será importante nesta etapa de reestruturação política e econômica da Argentina?

APE – Sim. É decisivo que seja reativado, mas em outras condições. Creio na integração regional e, como princípio, na integração latino-americana.

O Mercosul surgiu sob a batuta de grupos econômicos poderosos, deixando de fora o médio e o pequeno produtor. Essa era a principal queixa de produtores do bloco, num encontro que tivemos na província de Misiones. O Mercosul não delineou uma integração, mas uma competição marcada pela especulação financeira. De todas as comissões criadas no Mercosul, a que até agora não foi implementada foi a de Direitos Humanos. Não foi feito um trabalho de integração, de complementariedade. A indústria de calçados do Brasil, que está subvencionada, matou a indústria de calçados argentina. Defendemos um projeto de cooperação cultural, educativa, científica e tecnológica. Enfim, uma integração de povos em contraposição à disputa de mercados.

Qual é a realidade do movimento dos Direitos Humanos na Argentina?

APE – Estamos mais coesos, organizados e com mais experiência de luta. Recentemente, reunimos todos os organismos, inclusive os históricos, para ver o que podemos fazer para que o governo escute nossas propostas. Cada entidade tem sua particularidade, área de trabalho, objetivos. Algumas, como as Mães e Avós da Praça de Mayo, reivindicam a memória contra a ditadura. A esses objetivos acrescentamos a luta contra o arbítrio e a violência policial, a pobreza e a injustiça social. Na Declaração dos Direitos Humanos falta um artigo: direito a ser feliz. A felicidade surge do pleno desenvolvimento das capacidades humanas. Desenvolvimento na educação, cultura, na arte na preservação do meio ambiente. A felicidade se instala quando o ser humano cresce dignamente. ■

Excesso de otimismo

Os números favoráveis a respeito da reforma agrária, divulgados pela publicidade governamental, não se sustentam, quanto cotejados com a realidade e com os números de determinados setores do próprio governo. A conclusão é de Gersom Teixeira, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), em minuciosa análise dos números adotados pela propaganda governamental.

Segundo Gersom Teixeira, os trabalhadores rurais "lutam, com sucesso relativo, para evitar as mudanças sistemáticas que o governo vem promovendo na legislação brasileira com a perspectiva de, por um lado, minimizar a presença do Estado na execução da política agrária e, de outro, curiosamente, fortalecer essa presença na repressão e na intimidação política aos trabalhadores, lideranças e organizações que lutam pela terra".

Pelos números da campanha publicitária, teriam sido assentadas 482 mil famílias entre 1995 e 2000, em pouco mais de 18 milhões de hectares de terras adquiridas para esse fim. Dados da Coordenação Geral de Movimentação e Controle da Superintendência de Desenvolvimento Agrário do Incra, porém, falam em somente 371 mil famílias assentadas no período em 16,1 milhões de hectares.

"A despeito de somar números efetivos com números projetados, famílias de projetos antigos e beneficiárias de regularização fundiária, conforme veremos, agride diretamente os dados oficiais (efetivos e previstos), com a discrepância, para maior, de 56.579 famílias e 1.873.445 hectares obtidos. Assim, pode-se dizer que a propaganda governamental está baseada em "famílias fantasmas" e em "terra grilada" – denuncia Gersom Teixeira.

"Conclui-se, pois, sem considerar as fraudes na contabilização das metas, que a propaganda enganosa sobre as metas realizadas pelo programa de reforma agrária, entre 1995 e 19 de dezembro de 2001, superestima o número de famílias "assentadas", em 137.463, e a área obtida, em 2.366.744 hectares. Ou seja, uma fraude equivalente a um Maracaná, em termos de famílias, e a mais de meio território da Holanda, em termos de área". ■

Brasil desprestigia álcool

O Brasil tem encaminhado suas políticas no setor do desenvolvimento sustentável e da proteção climática na "contramão da história", já que países como Estados Unidos e França têm buscado, por exemplo, misturar álcool à gasolina com o objetivo de reduzir suas emissões de poluentes.

A crítica partiu do professor e pesquisador Emílio La Rovere, professor adjunto do Programa de Planejamento Energético (PPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi feita durante o painel de Mudanças Climáticas do Fórum Preparatório à Rio+10, em Porto Alegre, no final de janeiro. La Rovere, que também presta consultoria a organismos nacionais, como ministérios das Minas e Energia e do Meio Ambiente, e internacionais, como Unesco, Pnuma e FAO, salientou ser necessário reforçar o papel de agências reguladoras, como ANP e Aneel, na implementação de novos projetos energéticos, com fontes alternativas, renováveis e não-poluentes.

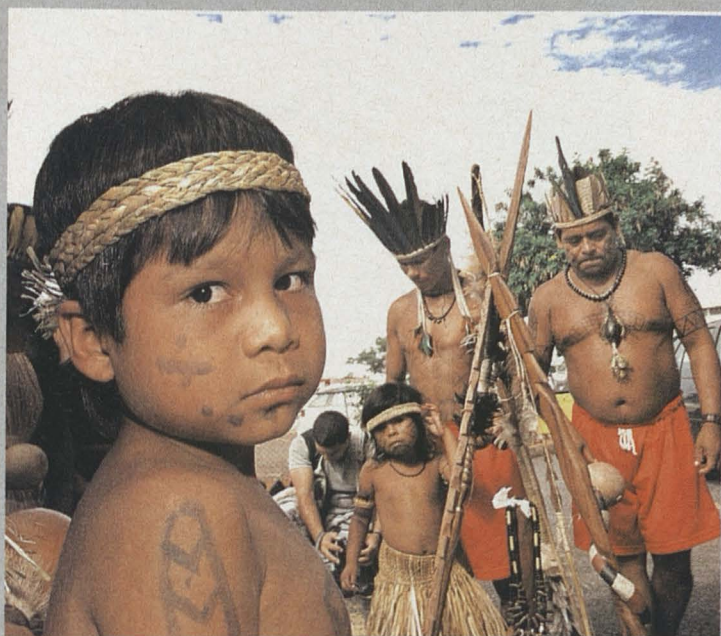
O professor reforçou também a idéia de que os países em desenvolvimento devem buscar projetos com sustentabilidades ecológica, social, micro e macroeconômica e tecnológica. "Essas nações têm que ser estimuladas cada vez mais cedo a adotarem a sustentabilidade como diretriz básica de suas políticas. Mas, para tanto, é necessária uma maior participação da sociedade, ainda que faltem esses mecanismos para discussão direta", salientou.

Outro participante do encontro foi Simon Retallack, editor da revista inglesa *The Ecologist*. O jornalista denunciou como um ponto problemático a posição dos Estados Unidos contra o Protocolo de Quioto, o qual traz algumas iniciativas contra o aquecimento global. A não adesão do país responsável por um terço das emissões mundiais de poluentes atmosféricos põe em xeque a implementação do acordo, lembrou Simon Retallack. A maioria dos poluidores elevou suas emissões de gases de efeito estufa desde 1990, já que continuaram a queimar combustíveis fósseis (petróleo, carvão etc.) em grande escala. Tais combustíveis respondem atualmente por quase 80% da demanda mundial. ■

Chuvas generosas elevam níveis dos reservatórios do SE/CO

Nos últimos dias de janeiro, os níveis dos reservatórios da região Sudeste/Centro-Oeste estavam a apenas 4,3% do patamar de segurança de 50% da capacidade dos lagos, estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para o governo poder suspender o racionamento. Números do boletim do operador do sistema, relativo ao dia 27 de janeiro, quando se fechava esta edição, indicavam que a capacidade de armazenamento na região chegava a 45,7%.

No Nordeste, a situação registrava melhora, apresentando um crescimento de 1,31% em relação ao índice verificado no dia 25 de janeiro. Assim, a capacidade de armazenamento na região passou de 34,82% para 36,13%. Nas regiões Sul e Norte, os níveis dos reservatórios estão folgados, alcançando respectivamente os índices de 89,25% e 107,74%. ■



O pequeno pataxó representa a esperança de continuidade de um povo que foi levado quase à extinção e que tenta recuperar toda sua área ancestral na Bahia

Pataxó assassinado na Bahia

O ano começou de forma trágica para os índios da tribo pataxó hã-hã-hãe. O índio Milton Matos Silva, de 46 anos, foi assassinado no dia 2 de janeiro, na região de Ourinho, em Pau Brasil, na Bahia. Milton Saúba, como era conhecido, ocupava a fazenda onde foi assassinado. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) não tem dúvida de que o assassinato de Milton está relacionado com a luta da tribo pela recuperação de seu território.

A fazenda faz parte das 66 propriedades que invadiam o território indígena e que foram retomadas pelos pataxós hã-hã-hães em outubro de 2001, como forma de agilizar a regularização fundiária da área Caramuru-Catarina-Paraguacu. O dono da fazenda, Joel Brito, não aceitou as negociações propostas pela Funai e, junto com outros 21 fazendeiros da região, recorreu à Justiça Comum, onde conseguiu uma liminar de reintegração de posse, em dezembro de 2001. O fazendeiro ficou revoltado quando o Tribunal de Justiça de Salvador decidiu suspender a liminar.

Após as retomadas das fazendas da região de Ourinho e água Vermelha aumentaram as ameaças de morte às lideranças indígenas. É comum serem ouvidos na madrugada disparos de armas de fogo e explosões de bombas, principalmente na região onde ocorreu a emboscada que matou Milton Saúba. Em função disso, os índios já vinham solicitando a presença de policiais federais. As lideranças indígenas e o Cimi temem novos atentados e voltaram a solicitar proteção policial e a apuração imediata deste assassinato para coibir novos atos de violência contra os índios.

Além disso, a comunidade indígena solicita novamente ao Supremo Tribunal Federal agilidade no julgamento da ação de nulidade de títulos imobiliários, como forma de pôr fim à violência na região. ■

CNBB comenta pobreza no Maranhão

A regional nordeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma nota comentando os graves problemas sociais no estado. Reunidos na cidade de Pinheiro (MA) no início de janeiro, os bispos expressaram preocupação e solidariedade com o povo maranhense, e criticaram a distorções da propaganda eleitoral e a manipulação da informação pelo monopólio da grande mídia.

Os bispos lembram que o estado tem os piores índices sociais do país, com 62,37% da população vivendo com menos de 80 reais por mês, apesar de ser considerado o segundo estado mais viável economicamente do Nordeste. Além disso, criticam a "corrupção e impunidade que ainda persistem em todos os níveis e das quais os pobres são as principais vítimas". Um exemplo trágico são os diversos casos de menores violentados e assassinados em São Luís e que permanecem impunes.

A nota demonstra preocupação com os povos indígenas do Maranhão. Entre os aspectos citados para o bem dessas tribos, estavam a demarcação e regularização de suas terras, a preservação das matas, educação e saúde de acordo com sua identidade cultural. Foi reforçado ainda o apoio a todos os esforços do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

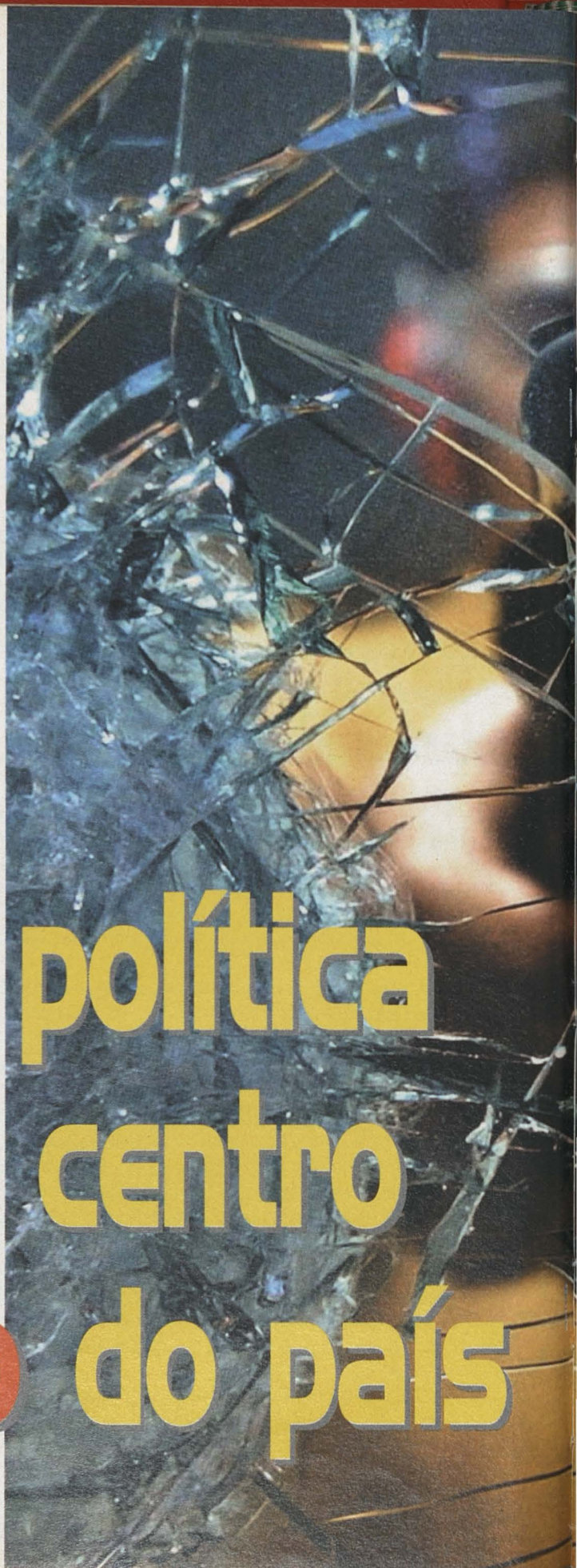
A nota aborda ainda a situação dos homens e mulheres no campo, "vítimas da desigualdade social e da inaceitável proteção ao latifúndio e a grandes empresas agrícolas". Neste sentido, foi ressaltado o esforço da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para defender a vida da população rural no que se refere a terra, água e meio ambiente.

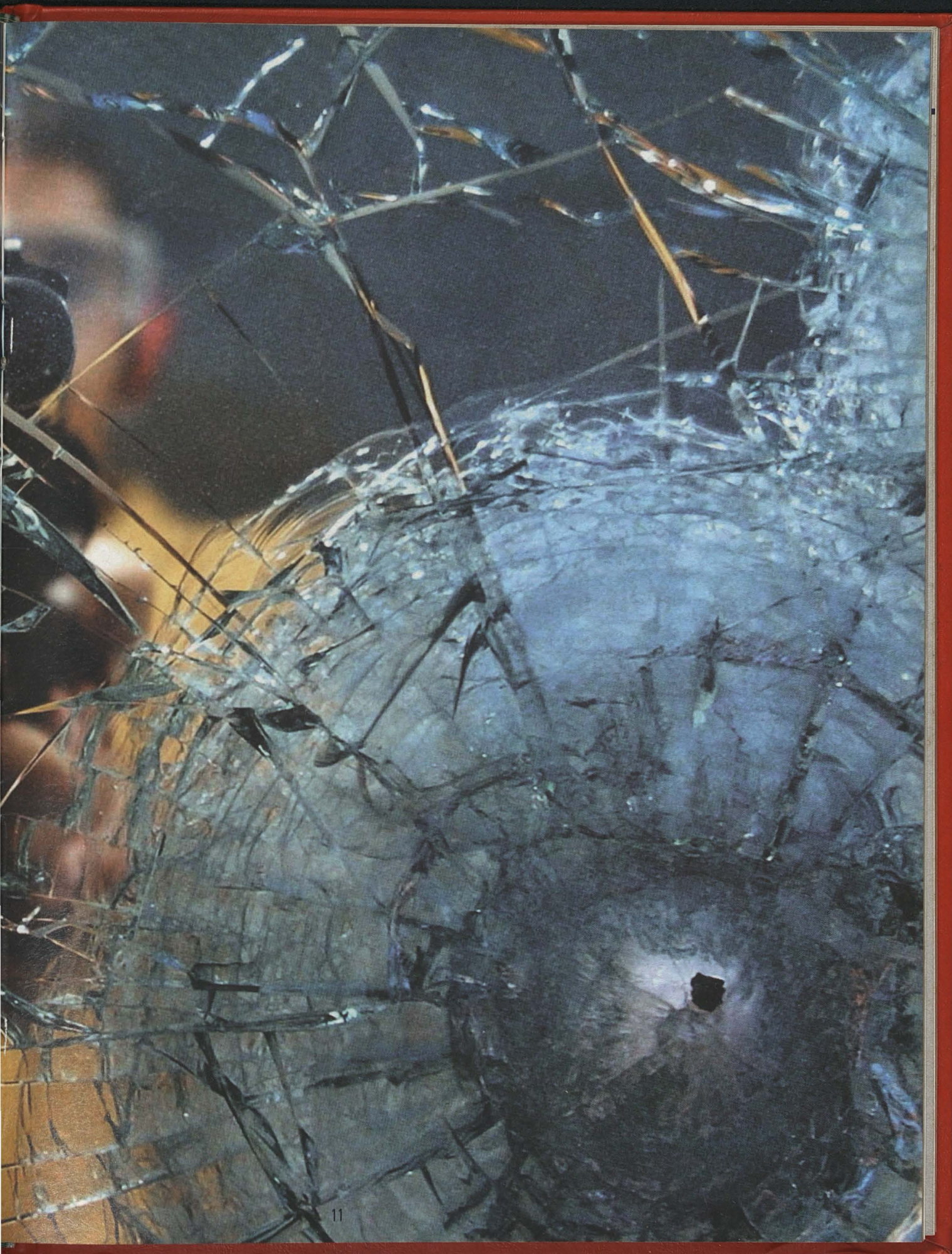
Os bispos anunciam que as pastorais sociais estão preparando um congresso estadual sobre políticas públicas, com o objetivo de contribuir para que a sociedade civil participe de forma efetiva e qualificada nos processos de decisão. Deste modo, concluem, será possível evitar que a política seja meramente governamental ou, pior ainda, torne-se assunto de esfera privada e/ou pessoal. ■

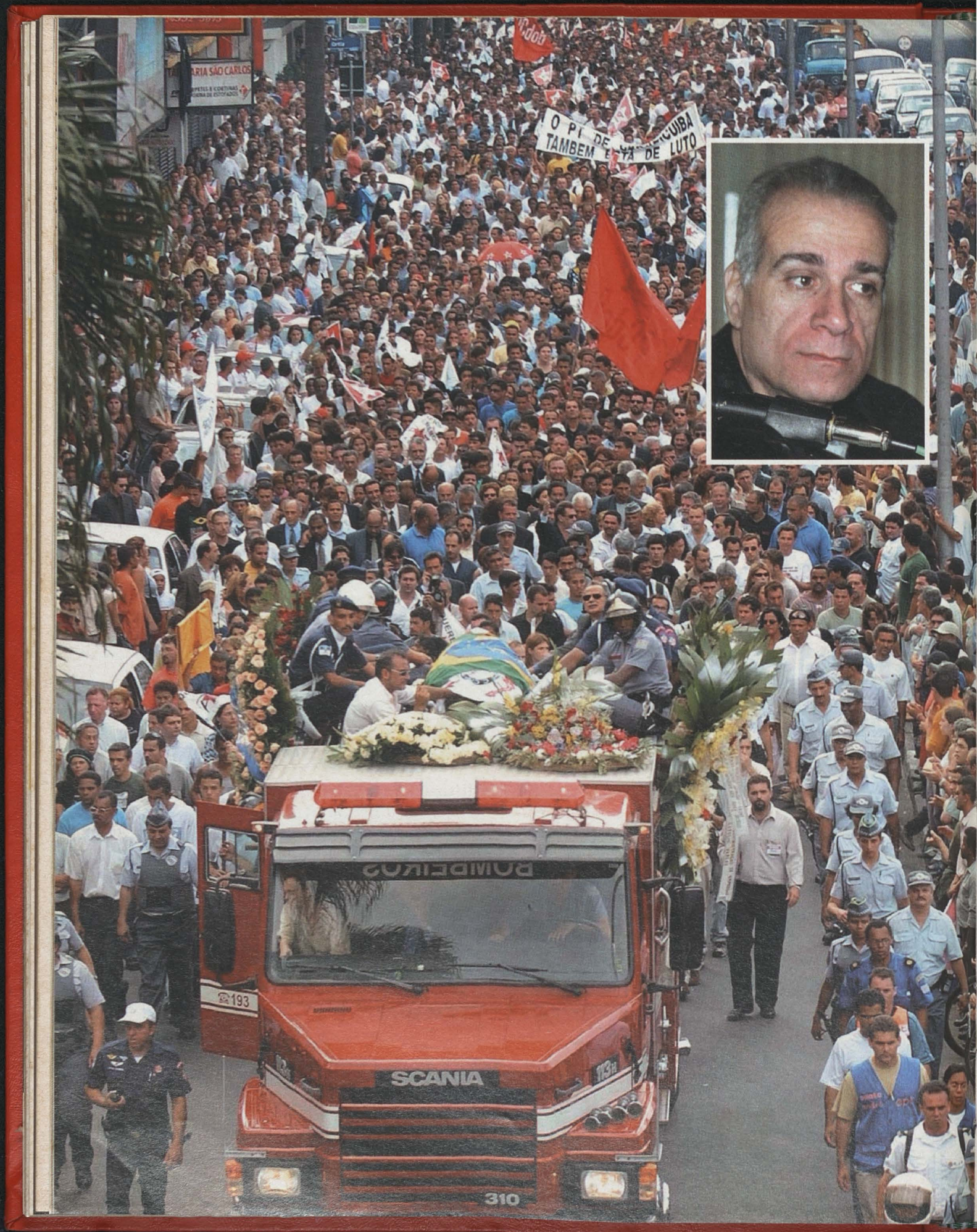
Antes terra do emprego
e do desenvolvimento, hoje abalada pela
crise econômica, São Paulo, junto com
sua periferia, lança ao país um grito
de angústia pelos níveis incontrolláveis
de violência. Como maior metrópole
do país e uma das maiores do mundo,
seu drama expressa os impasses sociais,
políticos e econômicos
em que se debate o Brasil.
Pede-se mais polícia nas ruas.
Estará aí a solução?

Memélia Moreira

Violência política chega ao centro financeiro do país







O ASSASSINATO DO PREFEITO de Santo André (SP), Celso Daniel (foto), em 20 de janeiro passado, três meses depois do assassinato do prefeito de Campinas (SP), Antonio da Costa Santos, o Toninho, eleitos pelo Partido dos Trabalhadores em outubro de 2000, gerou uma onda de intranquilidade para os brasileiros e levou São Paulo, centro financeiro do país e estado que concentra grande parte do Produto Interno Bruto nacional, a conviver com uma realidade corriqueira do Brasil periférico.

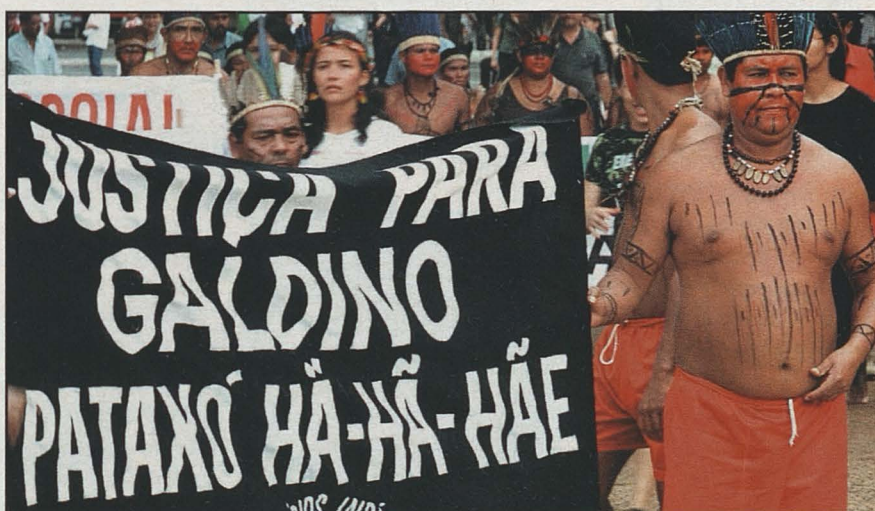
Assassinatos políticos são comuns nos chamados "grotões" e se intensificaram a partir da década de 80, quando pistoleiros e grupos armados passaram a eliminar lideranças políticas e sindicais, além de missionários católicos e advogados, nos estados da Amazônia e do Nordeste. Morte seletiva, com uma característica em comum: todas as vítimas foram pessoas que tomaram em defesa de trabalhadores, índios ou lutando contra a devastação ambiental.

Tanto Celso Daniel quanto Antonio da Costa Santos receberam cartas com ameaças. Elas começaram a chegar a partir de 2000, quando o Partido dos Trabalhadores conquistou 172 prefeituras. Entre a posse desses prefeitos, em janeiro de 2001 e a morte de Celso Daniel, em janeiro de 2002, mais de 50 lideranças do PT receberam ameaças de morte. Elas foram endereçadas, entre outros, aos dois prefeitos assassinados e mais o presidente do partido, deputado José Dirceu (SP), o senador José Eduardo Dutra (SE), Aloísio Mercadante (SP) e a Luis Inácio da Silva, o Lula, presidente de honra do partido e virtual candidato à Presidência da República.

No início de dezembro de 2001, o deputado José Dirceu levou ao ministro da Justiça, Aloysio Ferreira Nunes, as denúncias de ameaças de morte enviadas por uma organização clandestina e desconhecida que se auto-intitula Frente de Ação Revolucionária Brasileira (Farb). E o ministro determinou que fossem feitas investigações. Nas cartas de ameaça, a Farb as-



Fotos: AFP



Assaltos a bancos com reféns, sadismo de jovens contra um índio que dormia na rua e o acelerado crescimento de seqüestros, sobretudo em São Paulo, apontam a doença social entre os brasileiros, cujo padrão já foi o de homem cordial. Condições duras de vida, florescimento dos negócios clandestinos que favorecem o crime organizado, glorificação da força bruta e do individualismo e o esmaecimento do senso do coletivo e da cidadania parecem estar na raiz da crise



ASSASSINATOS POLÍTICOS EM SÉRIE

Nos últimos 20 anos, mesmo depois da redemocratização, a violência contra lideranças políticas de esquerda, líderes sindicais, religiosos, estudantis e camponeses tem feito numerosas vítimas. Algumas das principais:

1980 - Assassinado o líder sindical Manoel dos Santos Lima, conhecido pelo apelido de "Gringo", quando disputava a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia (PA). O crime continua impune. Ele era ameaçado por fazendeiros da região e pelo todo-poderoso tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o "major Curió".

1982 - Assassinado o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Basiléia (AC), Ézio Pinheiro. Ele era ameaçado por fazendeiros e seringalistas. Crime ainda impune.

- Assassinado Gabriel Pimenta, em Marabá (PA). Advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, foi morto por pistoleiros a mando do fazendeiro Nelito Cardoso, irmão do vice-governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. O crime continua impune.

1986 - Assassinato do padre Josimo, missionário católico morto por pistoleiros na cidade de Imperatriz (MA). Seus assassinos foram julgados e condenados.

1988 - Assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC), Francisco Mendes, vencedor do prêmio "Global 500", pela sua luta contra a devastação da Amazônia. A morte de Chico Mendes teve



Chico Mendes

repercussão internacional. Seus assassinos foram julgados e condenados.

1997 - Assassinado em Angra dos Reis (RJ), o secretário de Obras do município, Abílio Alapenha, do PT. Crime não esclarecido.

- (outubro) - Fulgêncio Manoel da Silva, presidente

municipal do PT de Santa Maria da Boa Vista (PE). Crime não solucionado.

1998 - O sucessor de Fulgêncio na presidência do PT municipal, Cícero Lucas, é assassinado. Crime não solucionado. 1998

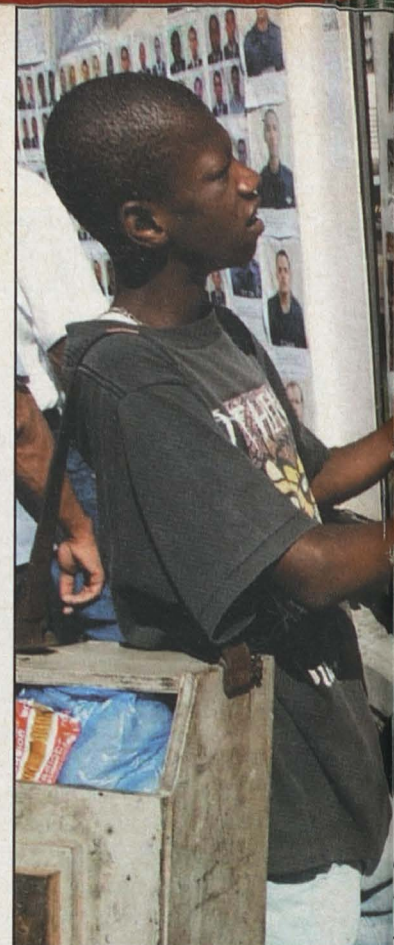
- Assassinado o vereador Ariomar Oliveira Rocha, do PT de Jaguari (BA), com sete tiros. Crime não solucionado.

1999 - Em outubro, é assassinada a prefeita de Novo Mundo (MS), Dorcelina Follador, do PT. Criminosos continuam impunes.

2000 - Assassinado em Coruripe (AL), o presidente do diretório municipal do PT de Caruaru (PE), José Ribamar de Souza. Crime não solucionado.

- É morto em Suzano (SP) o coordenador da campanha municipal do PT, Manoel de Souza. Crime não solucionado.

2001 - É assassinado em 10 de setembro o prefeito de Campinas (SP), conhecido pelo apelido de "Toninho do PT". O crime foi praticado por policiais, e o uso de uma pistola 9.9 milímetros, arma proibida, de uso exclusivo das Forças Armadas. O crime teve reper-



José Rainha

cussão menor porque aconteceu na véspera do atentado contra as torres do World Trade Center. Crime não solucionado.

2002 - Sexta-feira, 18 de janeiro, o prefeito de Santo André (SP), José Celso Daniel, é seqüestrado quando saía do restaurante Rubayat (SP).



Um menino de rua passa em frente a um painel com os nomes de vítimas de violência, que ONGs de defesa dos direitos humanos colocaram no centro do Rio de Janeiro, como parte da campanha em defesa da paz

- Sábado, 19 de janeiro, o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, José Rainha, do Pontal do Paraná, sofre uma emboscada e leva um tiro nas costas. Ele sobreviveu e o mandante do crime, Roberto Junqueira, foi preso.

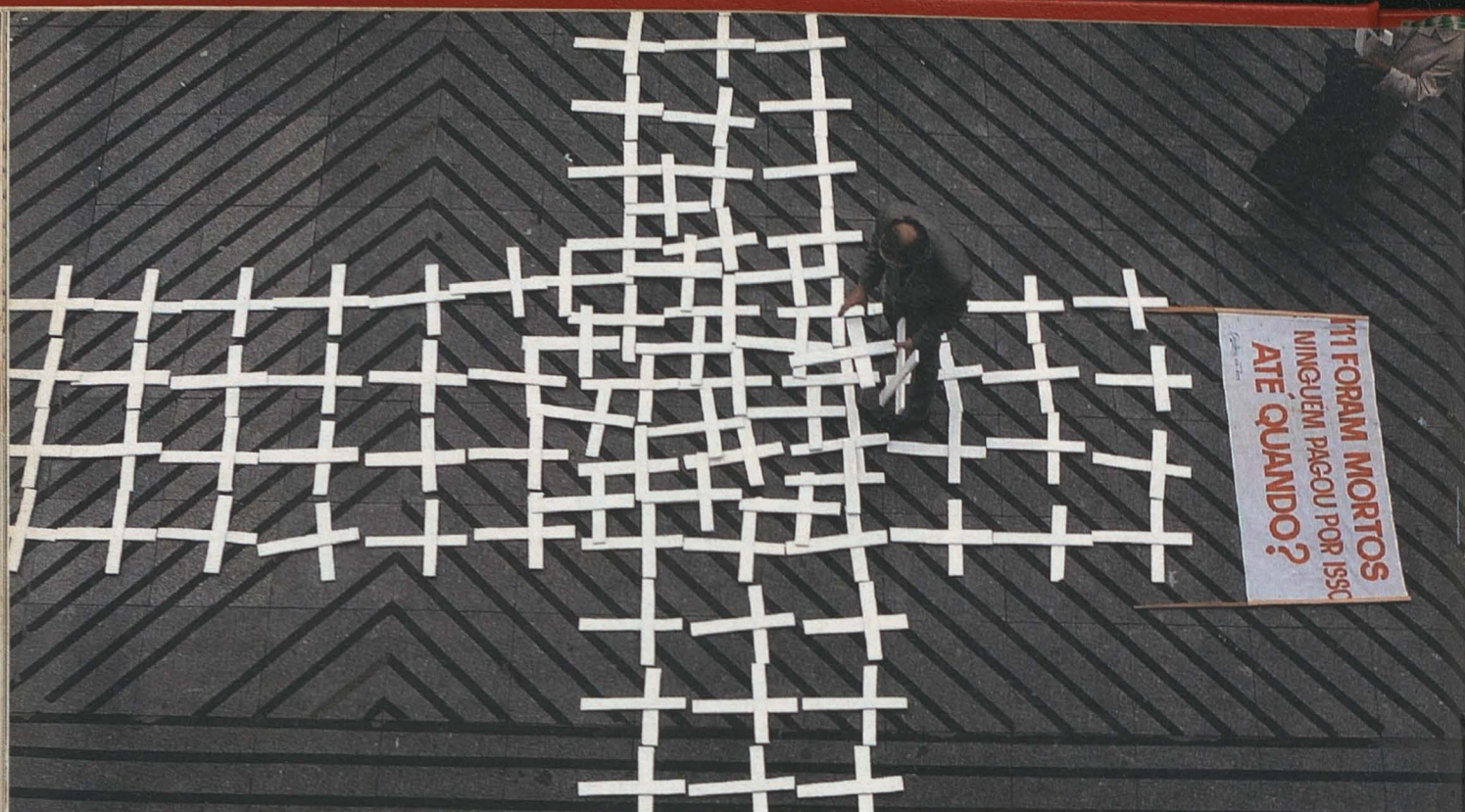
- Domingo 20 de janeiro. Encontrado o corpo de Celso Daniel, prefeito de Santo André, com sete perfurações de calibre de pistola de 9.9 milímetros. O pente de balas desta arma custa, no mercado oficial, mil reais. As investigações estão em curso.

- Assassinado, em Belo Horizonte, José Lins do Rego Santos, promotor de Justiça, em 25 de janeiro (ver box).



A violência provocou uma corrida a casas especializadas em blindagem de automóveis. Depois da Colômbia, o Brasil é o país com maior número de carros blindados no mundo, sintoma do nível crescente de atos contra a segurança individual decorrente do crime organizado ou de cidadãos marginalizados

Entre as medidas que o governo prepara para dar resposta à demanda da sociedade por mais segurança, está a possibilidade de suspender os celulares pré-pagos. Alega-se que eles são muito usados por bandidos. As empresas de telefonia podem vir a ser obrigadas a usar equipamentos de rastreamento de ligações, a suspender de forma imediata a linha dos aparelhos roubados e a fazer a interceptação das ligações feitas com celulares a partir dos presídios



Estas cruzes lembram os 111 mortos do presídio do Carandiru, em 1992, quando a polícia paulista sufocou a balas uma das inúmeras rebeliões do complexo penitenciário. Os condenados por crimes diversos acabaram como alvos da violência policial, que tende a aumentar ante uma criminalidade que se intensifica e que a sociedade exige que seja reprimida. A violência generalizada atropela, afinal, os direitos humanos

Alternativas possíveis

A recente onda de violência no país, com alguns crimes bárbaros, assustou a sociedade e desencadeou um amplo debate sobre a questão da segurança pública. O governo federal, percebendo que a política ineficiente nesta área pode prejudicar seu desempenho eleitoral em 2002, ocupou a mídia, divulgando alguns projetos e pedindo uma união nacional contra a violência, procurando se isentar de culpa pela situação atual. Porém, especialistas em segurança pública asseguram que uma reação imediata seria ineficiente e apresentam idéias de médio e longo prazo para uma política de segurança pública mais eficiente. Sérgio Adorno, um dos maiores especialistas em segurança pública do país, professor de sociologia da violência, é um dos que critica a ação reativa do governo federal, lamentando a falta de um plano preventivo. Mais do que isso, ele demonstra preocupação com o não investimento dos recursos previstos no orçamento da União para a segurança.

Por sua vez, o sociólogo Luiz Eduardo Soares, ex-coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do governo Garotinho, e um dos quatro responsáveis pelo plano nacional de segurança pública que será apresentado pelo pré-candidato do PT à Presidência, Lula, na campanha eleitoral, resgata algumas das tradicionais bandeiras da esquerda, como a defesa dos direitos humanos. "Direitos humanos e eficiência policial não são termos contraditórios", afirma. Soares defende

que as polícias deixem de ser instrumentos a serviço da segurança do Estado, tornando-se instrumentos de defesa da cidadania e das leis, portanto, dos direitos humanos. A integração das ações de União, estados e municípios é uma das novidades apresentadas, uma vez que o sociólogo acredita que a ação isolada dificulta a obtenção de resultados positivos. O seu plano foge de visões imediatistas ou simplistas, mostrando o que pode ser feito utilizando a legislação em vigor e apontando as transformações necessárias, com uma visão de curto, médio e longo prazos. A juventude é uma das suas principais preocupações, ao lado de temas como o crime organizado e, mais especificamente, o tráfico de armas.

Sérgio Adorno, que coordena o Núcleo de Estudos da Violência da USP, substituindo Paulo Sérgio Pinheiro, atual secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, aponta três frentes fundamentais para o combate ao crime organizado no país: a corrupção, a capacidade de investigação e a profissionalização da polícia. Para ele, a prioridade dada à compra de equipamentos é equivocada. E defende um maior planejamento, a partir da análise de dados confiáveis sobre a ação da polícia e da Justiça.

Para Adorno, programas como o norte-americano "Tolerância Zero", que vem inspirando projetos de alguns políticos brasileiros, são ineficientes. Na sua opinião, a polícia precisa estar preparada, agindo de acordo com uma política preventiva. Além disso, acredita na necessidade de atuar em parceria com o Ministério Público e os tribunais de Justiça.



sumia a autoria do assassinato do prefeito de Campinas, que até hoje continua sem solução. Menos de um mês depois da audiência com o ministro, o Partido dos Trabalhadores perdia mais um de seus líderes e, até o fechamento desta edição, uma semana depois do assassinato, as polícias Civil e Militar de São Paulo, bem como a Polícia Federal, ainda não tinham pistas palpáveis dos criminosos.

Mesmo sem pistas, as polícias e a imprensa fechavam o cerco contra o empresário Sérgio Gomes da Silva, amigo de Celso Daniel e principal testemunha do crime. Os seqüestradores arrancaram o prefeito assassinado de dentro do carro do empresário, que não reagiu e apresentou um depoimento com algumas contradições. "Técnicamente ele continua sendo vítima", afirmou o criminalista Luís Eduardo Greenhalgh (PT-SP), deputado federal destacado pelo PT para acompanhar as investigações, referindo-se a Sérgio Gomes.

Embora não afaste a possibilidade de o empresário ter envolvimento com o se-

qüestro, o criminalista afirmou que esta tese "é a mais cômoda para o governo porque seria uma luta do PT contra o PT".

Alianças

Tenha ou não responsabilidade no assassinato, a Farb já vem sendo avaliada pelo PT. O senador José Eduardo Dutra acredita que as violências cometidas contra o Partido dos Trabalhadores "interessam à explosiva aliança entre direita e o crime organizado". Destinatário de uma das cartas, Dutra está convicto de que esta aliança quer inibir o PT, que agora tem chances reais de chegar ao governo. "A Farb sabe que o partido quer reorganizar o Estado e um Estado organizado e forte se choca com os interesses dos diferentes grupos do crime organizado e da direita." Coincidência ou não, Campinas e Santo André registram altos índices de violência praticados pelo narcotráfico e pelas quadrilhas de roubo de cargas e do setor de transportes. Essas quadrilhas têm ramifi-

cações na Amazônia, onde o governador do Acre, Jorge Viana, também do PT, já recebeu sua carta de ameaça.

Quando Jorge Viana chegou ao poder foi possível desbaratar um dos ramos do crime organizado, com a cassação política e prisão de Hildebrando Paschoal, ex-policia que tinha sido eleito para a Câmara dos Deputados e, do Acre, comandava um grupo de extermínio que se estendia pelo Nordeste e Centro-Sul. Surpreendidos pelo assassinato que teve características de execução, tanto o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) quanto o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, do mesmo partido, anunciaram uma série de medidas de combate à violência. Oito destas medidas constam do Plano Nacional de Combate à Violência, lançado pelo presidente da República em julho de 2000 e nunca executado. Pelo contrário, nos últimos anos, o orçamento destinado à Segurança Pública vem tendo substanciais reduções. Para 2002, ele ficou ainda menor,



Um garçom desempregado deixou Porto Alegre em polvorosa por um dia, ao seqüestrar um microônibus e fazer diversos reféns. Uma tragédia foi evitada pelo posicionamento paciente da polícia gaúcha, que apostou no cansaço do seqüestrador e conseguiu levar o cerco a bom termo



Os assassinatos dos prefeitos Toninho, de Campinas, e Celso Daniel, de Santo André, levaram o PT a denunciar uma onda de ameaças de cunho político contra suas lideranças, o que representaria um estágio novo da violência social, tornando o mundo político alvo de intimidação e terror

Promotor executado em Minas

O promotor de Justiça Francisco José Lins do Rêgo Santos, de 43 anos, foi assassinado no dia 25 de janeiro em uma das esquinas mais movimentadas de Belo Horizonte. Francisco vinha investigando a máfia de combustíveis adulterados. Além disso, ele participou, em 1997, das investigações sobre a fuga do traficante Fernandinho Beira-Mar do Departamento Estadual de Operações Especiais.

Trabalhando no Ministério Público há 15 anos, Francisco Lins, neto do escritor José Lins do Rêgo, estava lotado na Promotoria de Defesa do Consumidor. No ano passado, a promotoria determinou o fechamento de 22 postos de combustíveis que vendiam gasolina adulterada e sonegavam impostos. No dia 3, a promotoria pediu a prisão preventiva de oito pessoas envolvidas com a fraude de combustíveis.

Francisco Lins foi executado por dois homens que estavam em uma moto. Em seu carro, que estava parado em um sinal de trânsito, foram encontrados 16 tiros. Apesar de terem realizado uma grande operação, as polícias Civil e Militar não conseguiram encontrar os autores dos disparos. A Polícia Federal abriu inquérito para investigar o caso.

A morte de Francisco Lins chocou o Ministério Público mineiro. Mas o procurador-geral de Justiça do estado, Nêdens Ulisses, garantiu que o MP não se intimidará e prosseguirá as investigações sobre a máfia dos combustíveis.

com uma redução de 28% em relação a 2001, enquanto crescem as empresas de segurança privada.

“Tanto a violência quanto o crescimento de doenças endêmicas, entre elas a dengue, e também a crise energética são de responsabilidade de um governo que optou pelo desmantelamento do Estado com a privatização de setores básicos do serviço público”, disse o líder sindical Vladimir Nepomuceno, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde e Seguridade (CNTSS). Esse desmantelamento, iniciado no governo do presidente Fernando Collor, que foi afastado num processo de *impeachment* por crimes de corrupção, “vem sendo aperfeiçoado por Fernando Henrique Cardoso que, depois de oito anos de poder, está deixando um país mais empobrecido, assustado, doente e analfabeto”, completou o líder sindical.

O governo reage às críticas e o PSDB e seus aliados começaram, depois do crime contra o prefeito de Santo André, a mandar recados em forma de propaganda política para que o Partido dos Trabalhadores não use politicamente o assassinato de Celso Daniel. Para o presidente do PT, deputado José Dirceu, os assassinatos dos dois prefeitos, bem como a tentativa de seqüestro contra os prefeitos de Embu das Cruzes e Corrente, também em São Paulo, “ideologizaram” a questão da violência na campanha presidencial e o partido, que desde 1997 vem acrescentando números à estatística dos crimes, levará para as ruas as denúncias da insegurança vivida pela sociedade brasileira. ■

O que eles dizem...

“Na segurança pública, em muitas de nossas cidades, chegamos ao fundo do poço.”

Luiz Eduardo Soares, ex-coordenador de Segurança do RJ e responsável pelo plano nacional de segurança que será apresentado por Lula na sua campanha

“Começou a queima de arquivo em Minas Gerais”

Deputado Marcelo Gonçalves (PDT), presidente da CPI do Narcotráfico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ao saber do assassinato de Frederico Alves Simplicio, em Montes Claros. Simplicio era uma importante testemunha ouvida pela CPI

“Não há o que comemorar nem aplaudir. A Argentina está quebrada.”

Eduardo Duhalde, novo presidente argentino

“O capitalismo, tal como existe no país, não pode dar respostas ao desemprego, à marginalização e à exclusão social.”

Rodriguez Saá, parlamentar peronista com curta passagem pela Presidência da Argentina, após a queda de De la Rúa

“Na Argentina existe altíssima consciência de cidadania e ao mesmo tempo enorme inconsistência política, com os dois partidos tradicionais sem legitimidade alguma e uma esquerda que deu errado. É situação anômala, em que as instituições não têm nenhuma credibilidade.”

Renato Janine Ribeiro, professor de Filosofia política da USP

“O governo tem sido sucessivamente trocado, e isso não acalma as pessoas, pelo contrário, só gera mais incerteza. Não é como no Brasil, na época de Fernando Collor, quando o presidente foi trocado e o problema acabou.”

Historiador argentino Osvaldo Coggiola, professor da USP

“Na classe política ninguém se salva, nem eu.”

Alfredo Avelín, governador da província de San Juan

“O governo norte-americano é o terrorista número 1 do mundo. Desde a Segunda Guerra, promove uma escalada criminosa: agride, mata, bombardeia. A aliança dos Estados Unidos com outros países ‘contra o terrorismo’ é falsa, não tem bases reais, não se sustenta.”

Tarek Aziz, vice-presidente do Conselho de Ministros do Iraque

“Não podemos aceitar que a maioria dos habitantes do planeta tenha que se submeter a uma minoria privilegiada, quando 20% da população do mundo, de todos os países desenvolvidos, consomem 80% dos bens e serviços que se produzem no planeta. Precisamos de um modelo socioeconômico distinto, humanista, produtivo, justo e equitativo. Um novo modelo de Estado além do Estado de direito, não um Estado liberal, mas um Estado social, e isso está apenas começando a se construir na Venezuela.”

Hugo Chávez, presidente da Venezuela

“Nosso sistema (elétrico) é igual a um bêbado, é derrubado apenas com um peteleco.”

Luiz Pinguelli Rosa, professor da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (Coppe), da UFRJ, sobre o apagão que atingiu dez estados do país em 21 de janeiro

“O presidente (Fernando Henrique Cardoso) fala do Congresso como se não fosse formado, na maioria, por parlamentares que o apóiam.”

José Eduardo Dutra, líder da oposição no Senado

“É só mexer no carro abandonado em frente à minha casa e sai uma nuvem de mosquitos.”

Maria Otantro, moradora do bairro de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, comentando o fato de dez casos de dengue terem sido confirmados na sua rua desde dezembro do ano passado. A epidemia de dengue no Rio avançava em janeiro a uma velocidade de nove casos confirmados por hora

“A saga do petróleo é um capítulo decisivo e apaixonante da História do Brasil. No esforço de industrialização do pós-guerra, a bandeira do ‘petróleo é nosso’ ajudou os brasileiros a terem uma visão mais concreta do interesse nacional. Sem isso, talvez o país não tivesse hoje um parque industrial diversificado e competitivo, um operariado e um empresariado, cuja competência e capacidade de inovação são reconhecidas internacionalmente.”

Embaixador Sebastião do Rego Barros, ao assumir a direção da Agência Nacional do Petróleo (ANP, no início de janeiro)

“Urge reimplantar a impressão do voto, com conferência pelo eleitor durante a confirmação da sua escolha e recolhimento automático em coletor lacrado.”

Benjamin Azevedo, engenheiro do IME/RJ, alertando para a impossibilidade de se evitarem fraudes com o atual sistema adotado pelo TSE

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



A PAZ DE TODO DIA
Cláudia Nogueira e Sandra Nedopeltzki
Cód. 85-86448-08-7
Com os olhos voltados para a força íntima é que nos revestiremos da capacidade de enxergar a verdadeira essência. 203págs. (15cmx11cm). R\$10,00 - Editora Brahma Kumaris

BIOGRAFIAS



PRESTES
Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes
Dênis de Moraes e Francisco Viana
Cód. 020015
Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - Ed. Mauad

DICIONÁRIOS



DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL
(1500 - 1808)
Ronaldo Vainfas (direção)
Cód. 85 7302 320-1
Primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. Mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599 páginas. R\$53,90 Editora Objetiva

EDUCAÇÃO



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO
Um manual para o educador
Moema Toscano Cód.: 85.326.2285-2
Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre) ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas. R\$ 15,70 - Editora Vozes

FILOSOFIA



O DESPERTAR DA ÁGUA
Leonardo Boff Cód.5-326-1977-0
O livro continua o anterior *A água e a galinha*, e relaciona a dimensão-água e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$16,50 Editora Vozes



A ÁGUA E A GALINHA
Uma metáfora da condição humana
Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6
Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$19,80 Editora Vozes

HISTÓRIA



CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO
Liszt Vieira Cód. 4775-9
O livro aborda com profundidade e competência os desafios trazidos pela globalização, em particular o papel das organizações da sociedade civil na promoção da democracia na esfera global. 142 páginas. R\$18,00 - Editora Record



ESCRavidão ou Morte
Jorge Preto de Souza Cód. 0100-20
O autor propõe uma questão candente: por que lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia? A obra analisa a participação de escravos como soldados do exército brasileiro, durante a guerra do Paraguai, construindo sua liberdade através da vida militar. 136 páginas. R\$24,20 - Ed. Mauad



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL
Nelson Werneck Sodré Cód. 0100-68
O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - Editora Mauad



NAS FRONTEIRAS DO PODER
Conflito e direito à terra no Brasil do séc.XIX
Márcia Maria M. Motta Cód. A-025
O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - R\$21,00 - Arquivo Público



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA
Leonid Ieremeev Cód. 0084
Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$14,00 - Editora Revan



MINAS DO OURO E DO BARROCO
As raízes históricas da cultura mineira
Washington Albino Cód. BA 7014
O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248págs. R\$38,00 - Barlavento Grupo Editorial

LITERATURA



A REPÚBLICA DOS BUGRES
Ruy Tapioca Cód.85.325.1028-0
O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo. 532páginas. R\$35,00 - Editora Rocco



CHICA DA SILVA
A mulher que inventou o mar
Lia Vieira Cód. 15503-8
Texto e literatura configuram um processo de interlocução pleno de subjetividade, idéias significativas e com riqueza de imagens, onde a presença da arte, cultura e estética tem um olhar crítico, dinâmico e atual. 64págs. R\$15,00 - Editora OR

MEMÓRIAS



EUROPA 1935
Uma aventura de juventude
Moacir Werneck de Castro
Cód. 85.01.05771-1
A partir das lembranças de uma viagem à Europa, o autor faz uma reflexão alternando memória e substância, reinterpretando fatos que ajudam a pensar o Brasil de hoje. 223 páginas. R\$22,00 Ed. Record

POLÍTICA



FIDEL CASTRO - Uma biografia consentida
Tomo I - Do menino ao guerrilheiro
Claudia Furiati Cód.85.7106-327-4
A chegada do pai espanhol de Fidel a Cuba, no início do século XX, até a vitória da Revolução naquele país, em janeiro de 1959. Ilustrado com fotos e mapas. 576 págs. R\$54,00 - Ed. Revan



FIDEL CASTRO - Uma biografia consentida
Tomo II - Do subversivo ao estadista
Claudia Furiati Cód.85.7106-328-2
A formação do novo poder em Cuba, a "crise dos mísseis" de 1962, o apoio de Cuba à luta de libertação em Angola, e outros países que se batiam contra o imperialismo. A confirmação de Fidel como um dos grandes estadistas do mundo. Com fotos e mapas. 496 páginas. R\$46,00 - Editora Revan



O LIBERALISMO NO BRASIL COLONIAL
Origens, conceitos e prática
Lúcia M. P. Guimarães & Maria Prado
Cód.85.7106-228-5
A obra reúne estudos sobre a difusão no Brasil das idéias liberais vindas da Europa às vésperas da Independência, focalizando sua repercussão na imprensa, na literatura e nos debates políticos do país na época. 192 págs. R\$24,00 - Editora Revan



DIÁSPORA
Os longos caminhos do exílio
José Maria Rabêlo e Thereza Rabêlo
Cód. 85-7509-019-4
Mostra o dia-a-dia dos exilados, com as dificuldades de adaptação a realidades tão diferentes, a luta pela subsistência, a educação dos filhos, a necessidade de dominar uma nova língua imediatamente, as relações de cada um dentro e fora do grupo, seus sonhos, êxitos ou frustrações. 280págs. R\$28,00 Geração Editorial



A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL
Bernardo Mançano Fernandes
Cód. 85.326.2345-X
O autor analisa os processos de formação e territorialização do movimento, desde sua origem - em 1979 - até 1999, em 22 estados, onde o MST está organizado. Importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras. 318páginas. R\$28,60 - Editora Vozes



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA
Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas
Renato Guimarães Cód. 0205
O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexão dirigida aos jovens. 112págs. R\$16,00 - Editora Revan

Faça também o seu pedido online: www.etm.com.br



CORRUPÇÃO E REFORMAS POLÍTICAS NO BRASIL
O impacto do impeachment de Collor
Keith S. Rosenn & Richard Downes
Cód. 85.225.0314-1

Como os outros fatores ligados ao impeachment permanecem ativos na vida social e política brasileira: uns com o testemunho de amadurecimento institucional, outros como dilemas não-resolvidos e portanto como focos potenciais de novas crises. 240págs. R\$34,00 - Ed. FGV



CAPANEMA
O ministro e seu ministério
Angela de Castro Gomes
Cód. 85.225.0323-0

O livro retoma eventos e debates ocorridos no primeiro governo Vargas e tudo o que ele marcou nas complexas áreas da saúde, da educação e da cultura em nosso país. 276págs. R\$25,00 - Editora FGV



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS
Verdades e mentiras do pensamento econômico
Paul Krugman

Cód. 20412-1
O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, crescimento econômico, administração empresarial. 224 páginas. R\$39,00 - Editora Campus



O APAGÃO
Por que veio? Como sair dele?
Luiz Pinguelli Rosa

Cód. 6227-7
O livro reúne vários artigos publicados pelo autor sobre a gestão da crise de energia que atinge hoje a população brasileira, afetando as famílias e abalando a perspectiva de desenvolvimento econômico e social do país. 125págs. R\$15,00 - Ed. Revan



O FIM DA URSS E A NOVA RÚSSIA
De Gorbachev ao pós-Yeltsin
Angelo Segrillo

Cód. 85.326.2393-X
As fases da Perestroika, o processo de privatização e ida ao capitalismo da Rússia na década de 1990, além de diversas outras informações da época atual. 152págs. R\$13,80 - Ed. Vozes



QUE BRASIL QUEREMOS?
Depois de 500 anos

Leonardo Boff
Cód. 85.326.2328-X
A forma como o novo Brasil trabalha criativamente esse drama poderá colaborar para unificar a Humanidade na casa comum, o planeta Terra. 128 páginas. R\$14,30 - Editora Vozes



A CARAVANA DA MORTE
O livro que levou Pinochet ao banco dos réus
Patricia Verdugo
Cód. 85.7106.224-2

O livro, obviamente, foi silenciado na época pela imprensa no Chile. Mesmo assim, rendeu vários prêmios. págs. R\$28,00 - Ed. Revan



DESMONTE DA NAÇÃO
Ivo Lesbaupin (Org.)
Cód. 85.326.2174-0

O governo FHC prometia levar o Brasil à modernidade e ao desenvolvimento, mas vem produzindo um desastre - é a análise da obra. 200 páginas. R\$19,40 - Editora Vozes



ESTADO FEDERATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS:
Determinantes da descentralização
Marta Arretche

Cód. 85.7106.194-7
A autora analisa as relações entre o jogo político-institucional e os resultados de políticas de governo. 304págs. R\$32,00 - Ed. Revan



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos
Francisco Antonio Doria
Cód. 0075
É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170págs. R\$18,00 - Ed. Revan



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro
Cód. 517
Diários da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes inéditos. O prof. Emir Sader (Unic/USP) faz a apresentação. 306 páginas. R\$34,00 - Oficina do Autor



BRIZOLISMO

João Trajano Sento-Sé
Cód. 225.02862
Leitura indispensável para quem se interessa pela história contemporânea do Brasil. 365 páginas. R\$31,00 - Editora FGV



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL
Estratégias de bem-estar e políticas públicas
Maria Lúcia W. Vianna

Cód. 0156
As ações políticas da ditadura de 1964 a 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter anti-democrático. A autora identifica os fatores que produzem barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256págs. R\$35,00 - Ed. Revan

REPORTAGEM



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999
Emílio Azevedo
Cód. M 0268
Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$19,00 - Editora Multitexto

SAÚDE



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM
Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray
Cód. 20310-0
O autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188págs. R\$29,00 - Editora Campus



MENOPAUSA
Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray
Cód. 20311-0
Tire proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais. Uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. 224 páginas. - R\$29,90 - Editora Campus



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS
Várias Autoras
Cód. 2210
Um instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. 356págs. R\$26,00 - Ed. Pallas

SOCIOLOGIA



GLOBALIZAÇÃO
Teoria social e cultura global
Roland Robertson
Cód. 85326.2247-X
Mostra como a cultura tornou-se questão contestada globalmente. Por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312págs. R\$35,20 - Ed. Vozes



OS ARGONAUTAS DA CIDADANIA
A sociedade civil na globalização
Liszt Vieira
Cód. 5949-8
O autor propõe a reinvenção dos conceitos de democracia, de cidadania e de sociedade civil de modo a servirem de base à construção de uma política eficaz contra a globalização hegemônica, neoliberal. 405 páginas. R\$38,00 - Editora Record

Preencha em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda. ou faça o seu pedido online: www.etm.com.br

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão _____ Validade até ____/____/____

Nº _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data: ____/____/____ Assinatura do comprador _____

CADERNOS 238
Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE:
até durar o estoque

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - <http://www.etm.com.br>

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$2,50 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

Tucanos querem novo modelo

O programa econômico de governo do candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, está em fase de conclusão. Sua elaboração, coordenada pelo prefeito de Vitória e ex-diretor de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Paulo Vellozo Lucas, foi precedida de amplos debates, ao longo dos quais ficaram expostas significativas divergências entre as duas maiores correntes de pensamento do partido. Uma é liderada pelo economista Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da Administração no governo Fernando Henrique Cardoso, e a outra, pelo economista Edmar Bacha, atual presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento e um dos autores do Plano Real. Bacha integra o chamado Grupo da PUC, cujo expoente maior é o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

É nesse grupo, fiel seguidor do pensamento da Sociedade Mont Pèlerin, afinado, por conseguinte, com a orientação do PFL, que o neoliberalismo radical encontra a sua maior expressão no Brasil. Sem dúvida, a facção do PSDB que integra esse núcleo, com os seus ilustres tecnocratas egressos de universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos e identificados com os interesses financeiros nacionais e internacionais, escorraçou a social-democracia e acabou por se identificar com o PFL. Os seus integrantes reafirmam o compromisso de perseverar na política econômica ultraconservadora, apesar da crise que lavra na economia brasileira e da destruição da economia argentina.

Na contramão da pista por onde trafega esse núcleo duro, o trabalho que o presidente do PSDB, deputado José Aníbal, encomendou a Bresser Pereira defende não apenas outra política econômica, mas também o fim do atual modelo. "Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade", que tem como co-autor o economista Yoshiaki Nakano, há muitos anos parceiro de Bresser Pereira, condena formalmente dois dos pontos fundamentais da política econômica em vigor desde 1995: as elevadas taxas de juros e a dependência do crescimento do país em relação ao capital estrangeiro. Para Bresser e Nakano, "o grande desafio que a política econômica enfrenta hoje é sair desse ponto de equilíbrio perverso (...) O equilíbrio é instável, e a situação, inviável no longo prazo". Ambos desmistificam a tese segundo a qual o Brasil carece de recursos próprios para se desenvolver, daí a necessidade de investimentos estrangeiros. Uma crença, aliás, desmentida em várias etapas do desenvolvimento do país.

O Brasil, afirmam, tem recursos próprios para crescer e desenvolver-se. Depende, apenas, da capacidade de poupança do Estado e da taxa de salários. Nos anos 90, o câmbio supervalorizado e as altas taxas de juros não permitiram a transformação do aumento da produtividade – estimulado pela abertura – em aumento da renda per capita. Os juros, em parti-

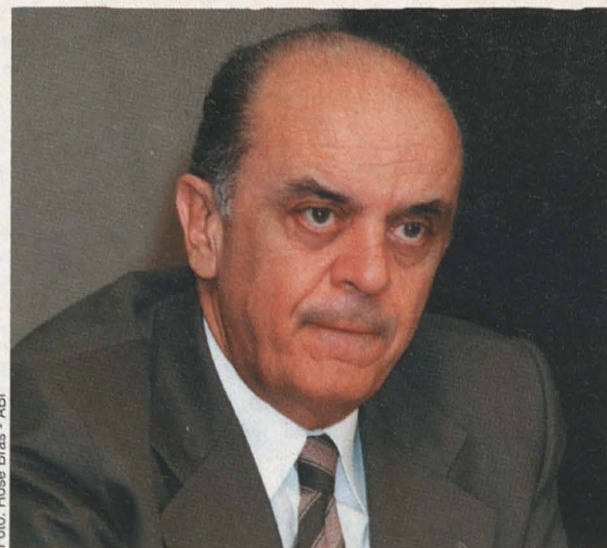


Foto: Rose Bras - ABR

José Serra, com programa que contraria teses governamentais

cular, ainda operam como desestímulo ao investimento na produção. Resultado: os investimentos diretos, que agravam o processo de endividamento externo patrimonial e geram obrigações adicionais em remessas para fora do país, não tiveram como saudável efeito um aumento da acumulação de capital.

A questão dos investimentos diretos Bresser Pereira retratou em artigo publicado na imprensa diária, em janeiro passado. Diz ele: "O investimento direto é um fluxo financeiro adicional para o país, que, mantida a taxa de juros, baixa a taxa de câmbio de equilíbrio da economia, apreciando (valorizando) a moeda local. Com a valorização, aumentam os salários, já que a apreciação do câmbio é uma mudança de preços relativos a favor dos bens e serviços não comerciáveis, entre os quais o mais importante é a força de trabalho. Aumentando os salários, por causa da apreciação da moeda local (no caso o real, que chegou a valer mais do que o dólar e ainda continua sobrevalorizado), aumenta o consumo, diminuindo proporcionalmente a poupança. Foi o que aconteceu no Brasil nos últimos anos. O nível dos investimentos cresceu muito pouco, enquanto a poupança doméstica caía proporcionalmente ao déficit em conta-corrente. (...) Como o investimento direto financia o déficit em conta-corrente, o país absorveu poupança externa, ou seja, endividou-se, mas não cresceu, nem aumentou sua capacidade de remunerar o capital estrangeiro investido."

As propostas

São estas, em resumo, as propostas contidas no texto de Bresser e Nakano:

- ✓ Uma política de desenvolvimento com investimentos baseados na poupança interna, atribuída à poupança externa papel simplesmente complementar.
- ✓ Taxa de câmbio valorizada de três reais por dólar em 2003.
- ✓ Redução gradual das taxas de juros em 40%.
- ✓ Crescimento econômico anual de 5%.
- ✓ Aumento das exportações de 15% ao ano.
- ✓ Incentivos oficiais às empresas exportadoras.
- ✓ Incentivos oficiais à substituição de importações.

Diante dessa constatação de Bresser, facilmente se conclui que os mais de 150 bilhões de dólares que entraram no país sob a rubrica investimentos diretos nos últimos sete anos, ao contrário de terem contribuído para aumentar a acumulação de capital, serviram para empobrecer o Brasil. A maior parte de tais recursos foi aplicada na transferência de expressiva parte dos ativos estatais e de empresas privadas para empresas de capital internacional, isto é, transferiu-se capital acumulado para o controle estrangeiro. Esses bilhões de dólares, por sua vez, sumiram nos rombos da conta-corrente do balanço de pagamentos e no financiamento do consumo.

A velha tese

Se a proposta de Bresser-Nakano tem como preocupação central o fim da dependência externa, a partir da substituição da poupança externa pela interna como fator de desenvolvimento. É o primeiro passo na direção da extinção do modelo neoliberal. Por sua vez, o grupo conservador se limita à redução da dependência como meta a ser alcançada. O meio para isso seria o aumento da capacidade de competição dos nossos produtos nos mercados externos, via reforma tributária, e a redução dos custos de contratação de mão-de-obra, que põe mais uma vez em pauta a chamada flexibilização das relações de trabalho, tese na prática já desmascarada por não haver dado certo nos países que tiveram de pôr em prática. Espanha e Argentina são dois exemplos.

O candidato José Serra encampa a tese. Quer isso dizer que o trabalhador, mais uma vez, é escolhido para pagar a conta. "Nada de incentivos, mas uma política de desenvolvimento mais agressiva, deixando de lado certos preconceitos acadêmicos", proclamou Vellozo Lucas. Ele sonha com empresas brasileiras operando no exterior, que remeteriam lucros em dólares para o Brasil, uma espécie de contrafluxo das sangrias que o país sofre com o aumento considerável das remessas de lucros, juros e dividendos e evasão de dólares pelas mais variadas formas à margem da lei, tudo isso agravado pelas transferências de ativos estatais e privados para o capital transnacional. A taxa de câmbio valorizada, arrolada entre as propostas de Bresser-Nakano, também é rejeitada pelo núcleo duro do PSDB.

Agora é aguardar o texto definitivo do programa do partido para melhor avaliação. ■



Bresser Pereira, propondo mudanças

Foto: Wilson Dias - ABR

O ideário de Mont Pèlerin

A verdadeira matriz do neoliberalismo radical não é o Consenso de Washington, mas o ideário alinhado na Sociedade Mont Pèlerin, ao qual até agora não se fez a mais leve referência na mídia brasileira. Para situar melhor o leitor, aí vai um resumo do perverso ideário concebido na pequena estação suíça de Mont Pèlerin, onde se reuniram, em 1944, as maiores expressões do conservadorismo radical no mundo da Economia – Ludwig Von Mises, Milton Friedman, Lionel Robins, Salvador de Madariaga e outras figuras de menor relevo internacional – sob a liderança do economista Friedrich Hayek, autor do livro *Caminhos da servidão*, conhecido como a primeira fonte do Estado neoliberal:

1 - O Estado do Bem-Estar Social (o Estado Keynesiano) destrói a liberdade individual e viola os princípios da livre iniciativa e da livre competição. Deve, por isso, ser destruído.

2 - O Estado precisa ser forte, mas para liquidar o poder dos sindicatos e restringir a oferta monetária, parcimonioso, entretanto, nos gastos sociais, e debilitado no poder de intervenção no domínio econômico.

3 - O objetivo supremo do governo é a estabilidade da moeda, através da rígida disciplina imposta à oferta monetária e aos gastos sociais.

4 - A taxa natural de desocupação, ou o "exército de reserva", é o caminho para a destruição do movimento sindical, indispensável ao incremento dos lucros do capital.

5 - A reforma fiscal tem o duplo objetivo de incentivar os agentes econômicos através da diminuição dos impostos sobre as rendas, bem como sobre os rendimentos mais elevados, e o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais, fatores de dinamismo das economias mais avançadas.

6 - Os direitos dos trabalhadores e os gastos sociais do Estado conspiram contra a acumulação de capital.

7 - As taxas de juros devem ser mantidas em níveis elevados.

8 - As empresas do Estado têm de ser privatizadas, e os mercados, desregulamentados.

9 - As desigualdades socioeconômicas entre os indivíduos são um valor positivo e indispensável às sociedades ocidentais.

10 - A economia deve ser livre dos controles políticos e sociais.

Qualquer semelhança com os fundamentos do modelo econômico vigente no Brasil há sete anos e com o modelo que levou à desintegração da economia da Argentina certamente não será mera coincidência. ■

Brasil

Uma proposta infeliz

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), originalmente BNDE (sem o Social) é uma instituição estatal de fomento criada em 1952, no governo de Getúlio Vargas, com a finalidade de levar o desenvolvimento aos setores básicos da economia brasileira, através do apoio financeiro e técnico a empreendimentos públicos e/ou privados. Foi, no começo, um órgão técnico incumbido da execução do programa de desenvolvimento econômico elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, com o respaldo do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), conhecido, hoje, como Banco Mundial, e do Eximbank. Ao incorporar a gestão do Fundo de Investimento Social (Finsocial), a sigla BNDES ganhou o S de Social e passou à denominação de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Dos anos 50 até o fim do ciclo militar, no início da década de 80, o banco foi responsável pelo financiamento e o apoio técnico aos empreendimentos que deram vida e força à infra-estrutura econômica do país, principalmente nos segmentos de energia elétrica, petróleo, siderurgia e construção naval. Através das agências especiais – Finep, Finame, Fibase e várias outras –, financiou inúmeros projetos da iniciativa privada. O BNDE teve papel decisivo na fase do desenvolvimento econômico da era JK e no surto de crescimento e desenvolvimento do ciclo militar.

Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso proclamou o propósito de pôr fim à Era Vargas na sua gestão, passamos a entender o verdadeiro significado do Programa Nacional de Desestatização (PND), cujos resultados passarão à História como uma tentativa de desmanche de toda a institucionalidade que propiciou ao país anos e anos de progresso com independência, apesar da conspiração de poderosas forças externas.

A vez do BNDES chegaria com a sua transformação em banco de negócios, responsável pelas privatizações, muitas das quais a instituição ajudou a financiar com dinheiro do próprio povo. Para distorcer as finalidades que deram origem à sua criação, o banco recrutou economistas malformados em universidades estrangeiras e passou a operar sob a influência de uma mentalidade antinacional. Na gestão de Francisco Gross, notadamente, o BNDES convocou experientes graduados em universidades brasileiras e quebrou a seqüência no acompanhamento da concepção e da execução dos projetos ao lotar esses economistas em departamentos estanques.

Foto: Victor Soares - ABr

Ministro
Sérgio
Amaral

Agora, o ministro do Desenvolvimento e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, nos brinda com a idéia de consolidar a instituição como agente de negócios, transformando-a em banco de importação e exportação – um Eximbank, como costuma designar.

É normal que o ministro queira uma instituição financeira para dar suporte ao nosso comércio externo. Mas não se pode admitir que o BNDES continue na mira de um governo disposto a liquidá-lo de vez como instituição de fomento, a única ainda capaz de conceder financiamentos de longo prazo e fundamentais na retomada do desenvolvimento nacional. Resta saber se o empresariado brasileiro vai assistir a tudo isso de camarote. ■

Mercosul

Moeda única pode ser antecipada

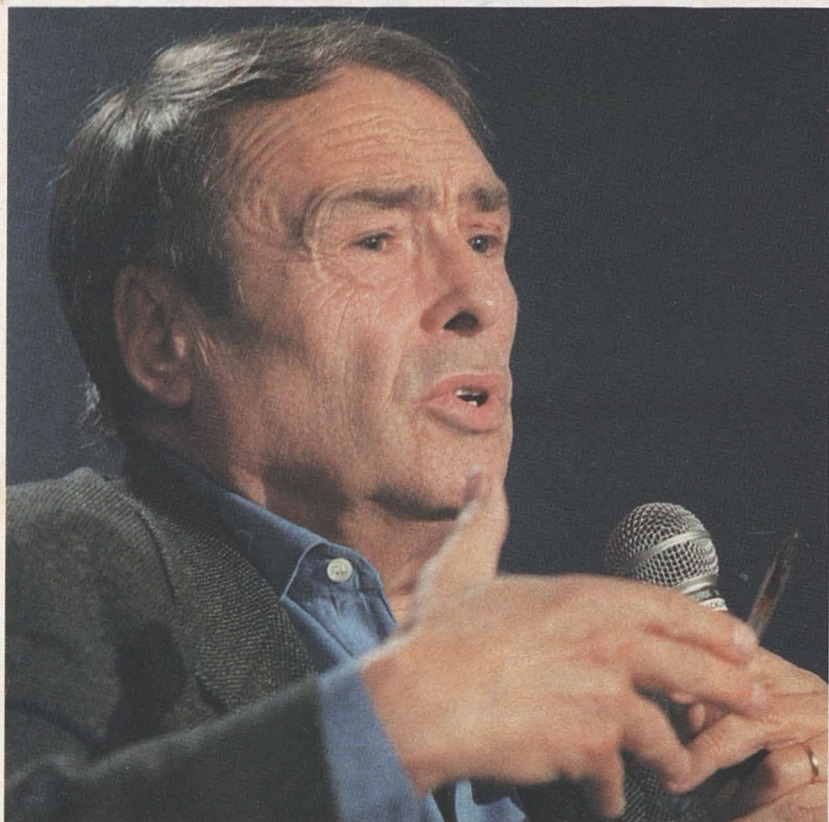
Os países do Mercosul não precisam percorrer o mesmo caminho dos europeus para chegarem à moeda única. Afastada a ameaça de dolarização da economia argentina, agora é esperar que o nosso vizinho defina o seu novo modelo econômico e como se comportará o peso no regime de flutuação depois de extinto o câmbio duplo. A opção pela dolarização ou a camisa-de-força do *currency board* é que seria a maior ameaça ao Mercosul, pois todos os seus integrantes gozam de má saúde econômica, depois de anos seguidos de submissão a políticas econômicas que lhes danificaram as bases do crescimento e do próprio desenvolvimento.

Vulneráveis às pressões dos Estados Unidos, poderiam ser colhidos na armadilha da Alca e forçados à adoção do dólar como moeda única. A opção por um regime cambial comum ao Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e os resultados das experiências com as políticas econômicas neoliberais, principalmente no Brasil e na Argentina, recomendam um novo modelo que lhes abra caminho para a concepção e execução de políticas econômicas e setoriais próprias e com os mesmos denominadores comuns. A doutrina intrabloco deve basear-se na solidariedade, na colaboração e na cooperação e não na competição, reservada para as relações com os demais blocos e países que não fazem parte de esquemas de integração.

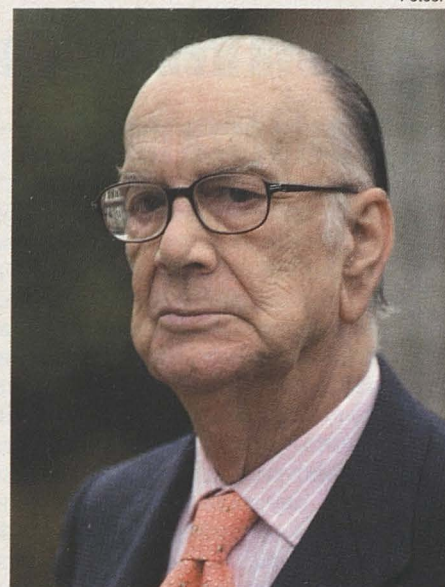
Se os parceiros do Mercosul pautarem as relações entre eles pelos princípios da solidariedade, da colaboração e da cooperação, principalmente nas áreas da ciência e da tecnologia, da educação, financeira, monetária e de política econômica, por exemplo, terão os passos apressados na direção da união desejada: tirando o Mercosul do marasmo em que se encontra, parado na União Aduaneira ainda inconclusa. Isso permitirá ao Mercosul uma inserção menos dolorosa e mais vantajosa na economia mundial. ■

Gente

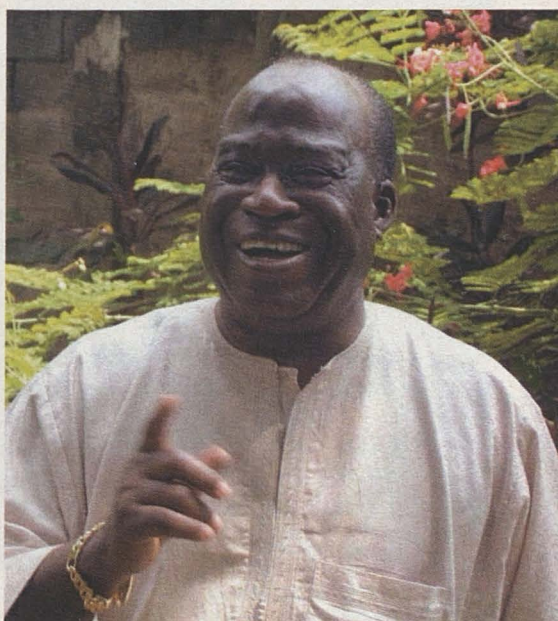
Fotos: AFP



Pierre Bourdieu, um dos mais importantes sociólogos franceses de todos os tempos, morreu de câncer no dia 23 de janeiro, em Paris, aos 71 anos. Autor de mais de 40 livros, responsável por uma renovação das ciências sociais, Bourdieu é reconhecido no meio acadêmico desde a década de 60. Nos anos 90, porém, começou a ganhar notoriedade pública. Bourdieu desempenhou um papel de denúncia do neoliberalismo e suas variantes, como a 'terceira via'. Além disso, deu apoio aos movimentos antiglobalização que se expandiram na última década

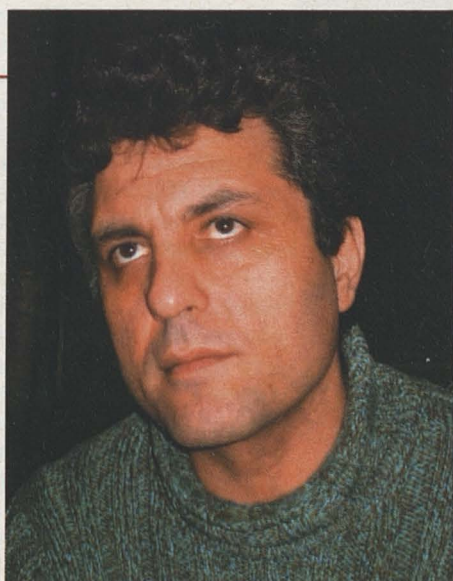


O escritor espanhol Camilo Jose Cela morreu no dia 17 de janeiro, em Madri, com problemas cardíacos e respiratórios. Muito reconhecido na Espanha, Cela ganhou prêmios em diversos países latino-americanos, como Argentina e Venezuela, e recebeu, em 1989, o prêmio Nobel de Literatura



O ex-primeiro-ministro congolês Andre Milongo se apresentou como candidato às eleições presidenciais no país, marcadas para 10 de março. Milongo, que é o quarto candidato declarado, representa a Aliança pela Democracia e Progresso, uma união de sete partidos de oposição

O poeta e analista político afegão Abdul Latif Pedram, radicado em Paris, afirmou que os Estados Unidos estão transformando o Afeganistão em uma base militar para ameaçar países vizinhos, como Irã, Iraque e Síria. Ele considera que o governo interino do país, liderado por Hamid Karzai, tem servido de fantoche de Washington. Na sua opinião, a luta anti-EUA vai se acirrar no país nos próximos meses



Fotos: AFP

Filipinas

A nova frente de guerra dos EUA

A presidente das Filipinas, Gloria Macapagal Arroyo, permitiu a presença de tropas dos Estados Unidos no suldo país, para combater um grupo extremista islâmico, o que causou uma crise política de desfecho imprevisível. Em janeiro chegou à ilha Basilan, na província de Mindanao, o primeiro grupo de 600 soldados norte-americanos para realizar exercícios militares conjuntos com 1.200 soldados filipinos com o objetivo de combater essa organização radical, conhecida pelo nome de Abu Sayyaf (o portador da espada).

A chegada das tropas norte-americanas tem se convertido no maior problema político de Arroyo, gerando até uma ameaça de renúncia do vice-presidente e chanceler, e protestos de diversos setores políticos e de especialistas em direito constitucional.

Os Estados Unidos vincularam a organização Abu Sayyaf com a rede terrorista Al-Qaeda, de Osama bin Laden. Abu Sayyaf, que tem menos de mil membros, mantém seqüestrados um casal de cidadãos norte-americanos e uma enfermeira filipina, ameaçados de serem decapitados.

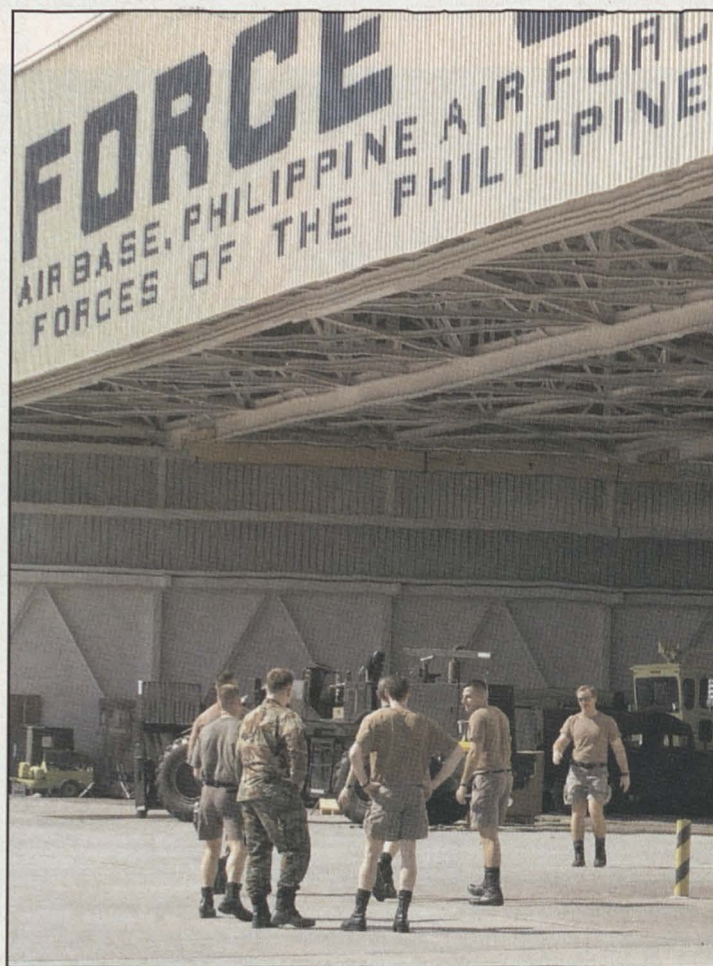
Funcionários do Departamento de Defesa norte-americano consideram que as tropas enviadas para as Filipinas é o maior contingente em território estrangeiro fora do Afeganistão, no marco da guerra ao terrorismo declarada pelo presidente George W. Bush. "Não é um número modesto", declarou o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld.

Enquanto isso, nas Filipinas aumenta a oposição à presença das tropas. O Senado estuda a constitucionalidade das operações conjuntas, e a polícia teve que dispersar um grupo de estudantes que protestava diante do palácio presidencial. A Constituição das Filipinas impede que forças estrangeiras lutem em território nacional, mas Roilo Golez, assessor de segurança nacional, assinalou que a presença das forças norte-americanas é permitida pelo bilateral Acordo sobre Forças Visitantes, assinado em 1999.

Diante da preocupação com uma possível escalada militar, o governo argumenta que os soldados norte-americanos não poderão entrar em combate e atuarão somente sob o comando de um oficial filipino.

O argumento foi contestado por políticos de peso, como o senador Rodolfo Biazon, ex-chefe de Estado Maior do exército. Para ele, o fato de pela primeira vez os exercícios se realizarem em zona de conflito e com munições reais, tanto da parte dos treinadores quanto dos treinandos, e diante de um inimigo real, fará com que seja muito difícil evitar um contra-ataque.

Por sua vez, Jovito Salonga, que era presidente do Senado quando as Filipinas puseram um fim ao acordo com os Estados



Soldados norte-americanos aguardam o início dos exercícios na base militar dos Estados Unidos nas Filipinas

Unidos sobre bases militares, em 1991, considerou os exercícios conjuntos "uma violação da Constituição, que proíbe tropas e instalações estrangeiras nas Filipinas". "Depois que o Senado deu um fim a mais de 400 anos de presença militar estrangeira no nosso país, voltamos ao pior tipo de intervenção militar", lamentou. Para milhões de filipinos, a presença de soldados norte-americanos em território nacional lembra a enorme influência política que exerceram os Estados Unidos no passado, depois que, no final do século XIX, a Espanha cederá o arquipélago filipino a Washington em troca de uma indenização. Entre 1899 e 1911, um milhão de filipinos morreu lutando contra a ocupação norte-americana.

Fundado nos anos 90 pelo já falecido Jadayf Janjalani, treinado pelos mujaidines do Afeganistão, Abu Sayyaf acumulou um verdadeiro arsenal graças a resgates multimilionários obtidos com o seqüestro de civis filipinos e turistas estrangeiros. O grupo aspira a criar um Estado islâmico, apesar de os muçulmanos constituírem só 5% da população filipina, na sua maioria católica. Uns cinco mil soldados filipinos estão espalhados pela ilha Basilan há meses, mas não têm tido sucesso no combate aos rebeldes. ■

Sri Lanka

Nova esperança de paz

O movimento separatista Tigres pela Libertação da Pátria Tamil (LTTE) e o novo governo da ilha de Sri Lanka demonstraram disposição para negociar, com o objetivo de encerrar um conflito que dura 19 anos e já matou 60 mil pessoas. O governo de Ranil Wickramasinghe começou em janeiro a levantar um bloqueio de sete anos à entrada de produtos, alimentos e medicamentos em Wanni, área no nordeste do país controlada pelo movimento rebelde. Restrições à pesca na região também foram levantadas. Agora, mais de 300 mil tamis poderão aceder a rações de açúcar, feijão e farinha de trigo.

Os Tigres Tamil consideravam o fim destas restrições uma condição imprescindível para iniciar um diálogo de paz. Mas anunciaram um cessar-fogo unilateral às vésperas do Natal, que está sendo mantido até agora. Essa manifestação de boa vontade para a negociação com o governo da Frente Nacional Democrática Unida (FNDU), eleito em 5 de dezembro, obteve uma resposta imediata das novas autoridades, que também determinou o fim das operações militares.

Os Tigres de Tamil pegaram em armas em 1983, exigindo a criação de um Estado independente nas províncias do norte e leste da ilha, onde a etnia tamil é majoritária. No país como um todo, os tamis constituem 20% da população (de 19 milhões de habitantes).

A atitude do novo governo marca uma mudança de rumo em relação à política da Aliança Popular, derrotada nas últimas eleições, que deixou a região controlada pelos Tigres em uma situação calamitosa, com quase 200 mil pessoas privadas de alimentos e medicamentos.

Essa política tinha sido muito criticada por organizações de defesa dos direitos humanos, que consideravam que o acesso à comida e aos remédios é um direito do qual a população não podia ser privada em função de uma estratégia militar. "A livre circulação de alimentos nunca deveria ser proibida", afirmou um funcionário de uma agência internacional de ajuda humanitária que não quis se identificar.

Outro gesto que causou alívio entre a população da região controlada pelos Tigres foi a decisão do governo de permitir o deslocamento desse território para o resto do país, o que antes era proibido.

Todas essas medidas tendentes a distensionar o país estão mudando também o clima na capital, Colombo, onde foram levantadas as barricadas e os controles militares. Os principais beneficiários dessas medidas são os moradores da capital de origem tamil, que costumavam ser vítimas de abusos por parte das forças de segurança. ■

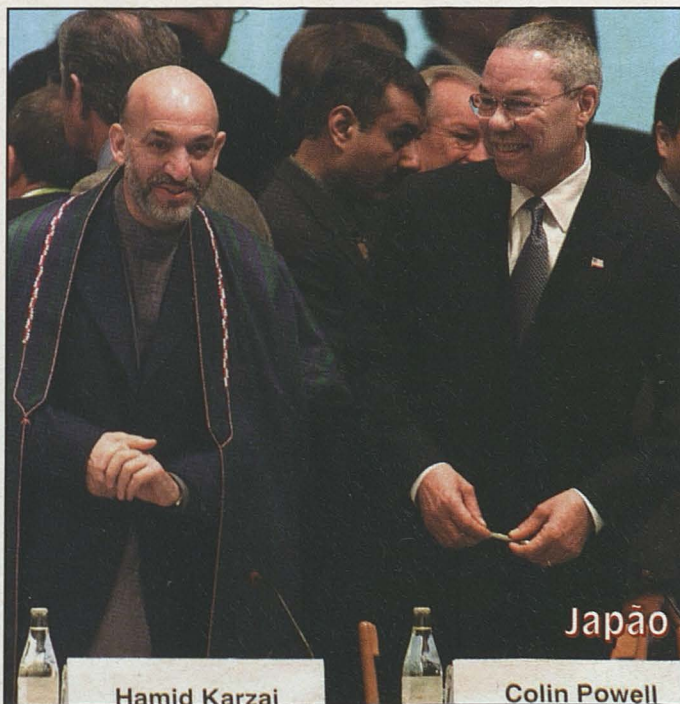
Timor Leste

Crise na Untaet

O malaio Nagalingam Parameswaran abandonou a Administração Transitória das Nações Unidas para o Timor Leste (Untaet), alegando que esta teria se transformado em "uma missão branca, uma missão oriental com rosto ocidental". Sua carta de renúncia, enviada a Kofi Annan, causou mal-estar na missão. Porém, a ONU rechaçou com veemência a acusação de racismo.

O subsecretário-geral da ONU e chefe da Untaet, o brasileiro Sérgio Vieira de Melo, afirmou que as acusações foram infelizes e sem propósito. Ele lembrou que, antes da renúncia de Parameswaran, outros três altos funcionários da missão eram da Nova Zelândia, Tailândia e Malásia. Vieira de Melo divulgou uma lista mostrando que 107 nacionalidades estão representadas na missão: 22% são européias; 21%, americanas; 21%, asiáticas; 19%, africanas, e 17%, de outros países, entre os quais Austrália. Ele considerou um êxito o "equilíbrio geográfico" da missão.

O atual ministro de Assuntos Exteriores do Timor Leste e Prêmio Nobel da Paz de 1996, José Ramos Horta, reconheceu o "trabalho firme" de Parameswaran, elogiando-o pela sua sensibilidade com o povo timorense. Porém, não concordou com as suas acusações. "Não é justo qualificar o contingente da ONU como uma missão branca. Pessoas de muitas nacionalidades estão trabalhando muito duro aqui", afirmou Horta. ■



O líder interino do Afeganistão, Hamid Karzai (esquerda), e o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, na Conferência Internacional de Assistência para a Reconstrução do Afeganistão, realizada em Tóquio. Os patrocinadores da conferência – Japão, União Européia, Estados Unidos e Arábia Saudita – prometeram uma ajuda de 4,5 bilhões de dólares para a reconstrução do país

Serra Leoa

Guerra civil chega ao fim

O governo de Serra Leoa e lideranças rebeldes anunciaram no dia 18 de janeiro o fim da guerra civil no país, que já durava dez anos. "A guerra acabou", garantiu o presidente Ahmed Tejan Kabbah, anunciando também o fim do toque de recolher. Milhares de armas foram queimadas na cerimônia que anunciou o fim do conflito. "As armas não serão necessárias nunca mais", afirmou Issa Sesay, líder interino da Frente Revolucionária Unida (RUF).

Apesar de o governo e os rebeldes já terem assinado dois acordos de paz sem sucesso desde 1996, aparentemente a paz está agora mais próxima. O acordo, resultado de meses de negociação coordenada pela ONU, foi acompanhado do desarmamento de 47.500 rebeldes e militares.

O líder da RUF, Foday Sankoh, foi preso em meados de 2000 e vem sendo mantido em local secreto. Sankoh deve se candidatar às próximas eleições presidenciais, que acontecerão em maio, concorrendo por um partido político fundado a partir da frente rebelde. Sankoh iniciou a guerra civil em 1991, alegando indignação com as décadas de corrupção no país. ■

Zimbábue

Tensão na campanha eleitoral

A oposição e as organizações de direitos humanos põem em dúvida a afirmação do governo de Robert Mugabe de que irá deter a violência política durante a campanha eleitoral. O país vai realizar eleições presidenciais nos dias 9 e 10 de março e, desde o começo de 2000, os enfrentamentos entre as forças do governo e a oposição já causaram a morte de mais de 100 pessoas. Mugabe reiterou a promessa de eleições livres e limpas durante a cúpula da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), no início de janeiro.

Nas eleições de março, o líder da Frente Patriótica da União Nacional Africana do Zimbábue (Zanu-PF) enfrentará seu maior desafio eleitoral após 21 anos no poder. Com ele está concorrendo Morgan Tsvangirai, o candidato presidencial do opositor Movimento por Mudanças Democráticas (MMD).

Ao tempo que Mugabe reiterava o compromisso de dar garantias para assegurar o jogo democrático, as Forças Armadas faziam uma advertência no sentido de que não vão dar apoio a nenhum presidente que não tenha participado da guerra de libertação. A oposi-

ção considerou as declarações uma ameaça de golpe de Estado e Welschman Ncube, secretário-geral do opositor MMD, denunciou que os seguidores de Mugabe reprimem qualquer manifestação contrária ao governo.

O Parlamento do Zimbábue votou em 10 de janeiro duas leis que proíbem a participação de observadores internacionais nas eleições e dão à polícia poderes para reprimir comícios. A Anistia Internacional manifestou sua preocupação de que as promessas de Mugabe não sejam cumpridas.

A União Européia (UE) estuda a possibilidade de impor sanções contra o Zimbábue. O Acordo de Cotonou, pacto comercial e de assistência entre a União Européia e as 77 ex-colônias da África, Caribe e Pacífico, estabelece que o bloco pode suspender a ajuda ao desenvolvimento e impor sanções por mau governo, violação aos direitos humanos e da liberdade de imprensa, entre outros assuntos.

A economia do Zimbábue registra uma inflação de mais de 100% ao ano. Além disso, o pão e o milho são hoje quase um luxo para a população, que enfrenta índices superiores a 50% de desemprego. ■



Congo

Um garoto anda próximo à lava lançada na erupção do vulcão Nyiragongo, em Goma, na República Democrática do Congo. A erupção de 17 de janeiro durou dois dias e destruiu a maior parte da cidade. Pelo menos 45 pessoas morreram e 450 mil – aproximadamente 90% da população da cidade – fugiram, a maioria para Gisenyi, em Ruanda. Os moradores de uma das regiões mais pobres do mundo deixaram tudo para trás. Alguns ficaram sitiados pelos rios de lava, sem comida, água, nem abrigo. A última erupção do Nyiragongo foi em 1994

Trinidad e Tobago

Ídolo em desgraça

O cantor de calipso Winston "Gypsy" (cigano) Peters, de origem africana, passou de ídolo a traidor para a população negra de Trinidad e Tobago, por unir-se ao partido Congresso Nacional pela Unidade (UNC, na sigla em inglês), de maioria indiana, derrotado nas recentes eleições legislativas.

Consagrado cantor, vencedor de vários prêmios, Peters recebeu duras críticas por ignorar suas raízes africanas e aliar-se ao UNC, dominado pela comunidade de origem indiana, que governou o país nos últimos seis anos. As rivalidades raciais subsistem em Trinidad e Tobago – país formado pelas duas ilhas caribenhas que lhe emprestam o nome, independente desde 1962 – onde quase 40% dos 1,2 milhões de habitantes são descendentes de africanos, enquanto outros 40% têm origem indiana.

"O UNC é sobretudo um partido nacional", contestou Peters, que participou das últimas campanhas dessa agrupação política. O gênero calipso, de inquestionável raiz africana, está estreitamente vinculado à cultura de Trinidad e Tobago, em particular ao carnaval. As músicas costumam referir-se, com humor, aos acontecimentos sociais e políticos, acompanhados por uma orquestra de flautas, clarinetes, cavaquinhos, contrabaixos e violinos.

Há alguns anos, Peters compôs uma música intitulada *Jovens negros*, que lhe valeu o primeiro prêmio em um concurso nacional. Nela, exortava os adolescentes de origem africana a buscar na educação o caminho para não acabar caindo na delinquência. O tema musical, junto com outro chamado *Vendendo a alma da nação*, foi interpretado em círculos políticos como uma forte crítica ao UNC, então no governo.

O triunfo do Movimento Nacional do Povo (PNM, na sua sigla em inglês), nas recentes eleições legislativas, determinou o retorno de seu líder, Patrick Manning (que tinha sido premiê entre 1991 e 1995), ao cargo de primeiro-ministro. Ele substituiu Basdeo Panday, que governou o país desde 1995 e não teve sucesso na sua tentativa de reeleição.

Em seu último disco, Peters incluiu a canção *Todos somos um*, que conchama à unidade nacional por cima das diferenças étnicas. Mas a tentativa para recuperar sua imagem fracassou, porque a UNC fez dessa canção o seu hino durante a campanha eleitoral, tirando-lhe o caráter suprapartidário que Peters tinha imaginado para ela. ■



Equador

Estudantes se defendem das bombas de gás lacrimogêneo lançadas por policiais durante protesto na Universidade Central do Equador, em Quito. As principais cidades do país têm sido palco de diversas manifestações contra o governo. Este protesto era contra o aumento nos preços de combustíveis e dos produtos de primeira necessidade



Honduras

Ricardo Maduro, do conservador Partido Nacional, durante sua posse como novo presidente de Honduras, em 27 de janeiro, observado pela presidente da Corte Suprema de Justiça, Vilma Montalvan. Maduro, nascido no Panamá e naturalizado hondurenho, é um dos empresários mais bem-sucedidos da América Central. Ele assume o governo de um país atingido pelo crime organizado, altos índices de desemprego e uma grande dívida externa. Maduro é o sexto governante constitucional desde a restauração da democracia, em 1981



Policiais disparam balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo em trabalhadores em frente à prefeitura de Manágua, em 21 de janeiro. O protesto sindical exigia a reintegração de 300 trabalhadores municipais despedidos. Doze pessoas foram presas e três ficaram feridas no conflito

Cuba

Aumenta acesso à internet

O programa para a informatização da sociedade cubana ampliou no ano passado, de maneira considerável, as possibilidades de acesso à internet e ao correio eletrônico, embora ainda existam restrições no setor privado. “O uso doméstico de computadores não é nossa linha principal de trabalho, ainda que não esteja excluído”, afirmou o vice-ministro cubano de Informática e Comunicações, Melchor Gil. Ele descartou mudanças a curto e médio prazos nesta política. “No momento não podemos pensar que a área privada será a solução de informática do país”, afirmou. Gil confirmou que a prioridade máxima continuará sendo o uso comunitário e social dos meios existentes em Cuba, que atualmente dispõe de cerca de 220 mil computadores para 11,2 milhões de habitantes.

As contas de correio eletrônico cresceram de 60 mil em 2000 para mais de 100 mil no ano passado, a metade delas com acesso internacional. A quantidade de computadores com acesso à internet aumentou de 3.625 em 2000 para cerca de 6 mil no final de 2001, segundo dados oficiais.

O governo cubano dá atenção especial à informatização da sociedade, como aspecto chave para o seu desenvolvimento. Com isso, as autoridades planejam levar a computação ao ensino desde os níveis mais básicos, como passo prévio para o aproveitamento da internet na elevação da qualidade da educação e a cultura integral do povo cubano. ■

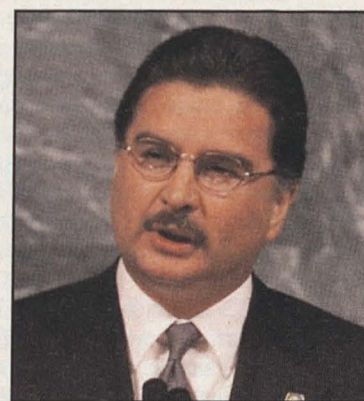
Guatemala

Como um barco à deriva

O presidente da Guatemala, Alfonso Portillo (foto), inicia a segunda metade de seu mandato enfrentando uma avalanche de críticas e a desconfiança da ampla maioria da população, exposta a uma grave crise política, social e econômica. Em uma pesquisa divulgada em janeiro, o governo foi classificado de “ruim” ou “muito ruim” por 90% das pessoas. Outra pesquisa indica que 92% da população não confia no presidente.

“Os dois últimos anos foram uma sucessão de imprevistos e incertezas e o governo fracassou na sua tentativa de obter um clima de governabilidade”, afirmou o cientista político Marco Barahona, analista da organização não-governamental Associação de Pesquisa e Estudos Sociais. Na opinião de Barahona, “a Guatemala é um navio sem capitão e sem rumo”.

Portillo chegou ao governo em 14 de janeiro de 2000, cercado de grandes expectativas dos 12 milhões de guatemaltecos. Concorrendo pela direitaista Frente Republicana Guatemalteca, ele obteve 68% dos votos, vencendo o candidato do então governante Partido do Avanço Nacional, Oscar Berger. Hoje ele enfrenta uma enorme queda de popularidade, acusado de não cumprir com as promessas eleitorais, de le-



var o país a uma severa crise econômica e possíveis atos de corrupção.

Portillo se defende, procurando mostrar resultados positivos de seu governo. “O balanço é positivo, embora tenhamos que admitir sérias limitações e até alguns retrocessos”, afirmou o presidente. Segundo ele, em 2001 foram construídos 457 quilômetros de estradas e 25 mil moradias, e 2 mil telefones foram instalados em 641 comunidades. Também afirmou que seu governo investiu milhões de dólares para apoiar as empresas e promover programas de liberalização econômica. Sobre as acusações de corrupção, ele admitiu a existência de irregularidades e pediu a organismos de fiscalização e à Justiça para investigar e castigar os responsáveis.

A sociedade e especialistas, contudo, pressionam para que seja alterado o modelo de desenvolvimento, corrigindo os rumos da economia. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) calcula que 57% dos guatemaltecos vivem na pobreza, sendo que 27% destes seriam extremamente pobres. ■

Guiana e Suriname

Uma disputa perigosa

Uma região de grande riqueza petrolífera submarina, cujas reservas estão entre as maiores do mundo, vem provocando uma disputa fronteiriça entre Guiana e Suriname. No marco dos esforços para encontrar uma saída ao problema, uma comissão bilateral de cooperação fronteiriça se reuniu no Suriname no início do ano. O objetivo era preparar o encontro de final de janeiro entre o presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, e seu homólogo do Suriname, Ronald Venetiaan. Ambos os países – que foram colônias respectivamente da Inglaterra e da Holanda – estiveram à beira da guerra em 2000 por causa dessas reservas.

Durante quase 30 anos, os dois vizinhos da região setentrional da América do Sul mantiveram boas relações. Mas, em junho de 2000, lanchas da Marinha de Guerra do Suriname expulsaram de suas águas continentais uma plataforma petrolífera submarina canadense, que se preparava para explorar uma concessão de 15 mil quilômetros quadrados, outorgada pela Guiana, em 1998.

O Suriname alegou que a Guiana colocara a plataforma em suas águas territoriais. Mas o argumento foi negado por Georgetown. Ambos os governos concentraram tropas na fronteira e aviões de um e outro país chegaram a entrar no espaço aéreo do vizinho.

A mediação dos líderes da Comunidade do Caribe (Caricom) evitou um confronto. Desde então, os governantes dessas nações têm tratado de definir um mecanismo que lhes permita compartilhar a produção de petróleo existente nos dois lados da fronteira marítima. Segundo estimativas do Serviço Geológico dos Estados Unidos, a área possui pelo menos 117 campos petrolíferos, com mais de 15 bilhões de barris e um volume incalculável de gás natural.

Junto com Belize, Guiana e Suriname, são os únicos Estados continentais da Caricom e os que possuem a maior parte das riquezas minerais do bloco. A Guiana também está envolvida em uma prolongada disputa territorial na sua fronteira ocidental com a Venezuela, que reivindica a devolução dessa rica região mineira de Essequibo. A mediação do caso está nas mãos da ONU. Ambas as disputas fronteiriças estão frustrando as tentativas da Guiana de desenvolver sua indústria petrolífera e de atrair investimentos estrangeiros, segundo assinalou o primeiro-ministro Samuel Hinds. ■



Manifestantes foram às ruas de Santiago para protestar contra a assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) entre Chile e Estados Unidos. No dia 22 de janeiro foi iniciada a décima rodada de negociações sobre o acordo. Militantes do Partido Comunista Chileno mostraram cartazes com os dizeres 'Defendamos nossos produtos – não ao TLC' e 'Neoliberalismo é miséria'



Ativistas de Direitos Humanos e familiares de desaparecidos durante a ditadura militar do então coronel Hugo Banzer Suarez (1971 a 1978) protestam em La Paz. O procurador-geral decidiu rechaçar a prisão preventiva voltada para a extradição de Banzer à Argentina, pedida por um juiz federal do país vizinho. Banzer é acusado de participar da Operação Condor, de coordenação repressiva das ditaduras da América do Sul na década de 70

França

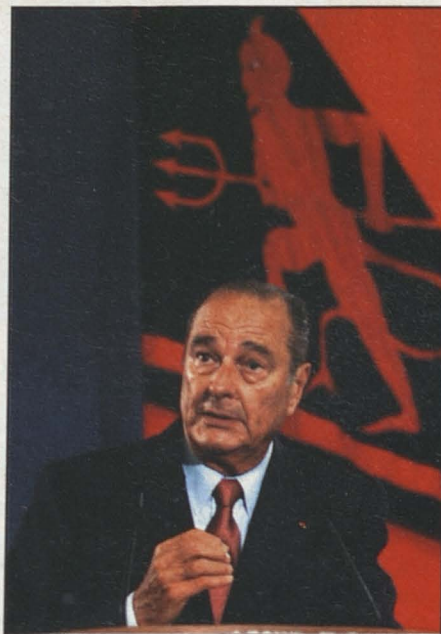
Escândalo libanês envolve Chirac

A campanha pela reeleição do presidente da França, Jacques Chirac, foi prejudicada por um novo escândalo, relacionado com a negociação de reféns franceses em Beirute nos anos 80. Um alto funcionário francês participante daquela negociação afirmou que a União pela República, partido de Chirac, acertou com o grupo islâmico Hizbolah (Partido de Deus) a postergação da liberação, com a intenção de obter benefícios eleitorais.

Segundo testemunhos, o partido de Chirac iniciou negociações com o Hizbolah antes de ganhar as eleições legislativas de 1986, e as continuou de forma oficial após assumir o governo, em 20 de março daquele ano, mas adiou a libertação até 1988, para que influísse nas eleições presidenciais.

Eric Rouleau, ex-embaixador da França na Tunísia, foi designado em 1986 pelo então presidente, o socialista François Mitterrand, como assistente na negociação. Ele se reuniu com o regime islâmico iraniano, considerado na época a verdadeira direção do Hizbolah. "Quando cheguei ao Irã para negociar, me reuni com Abou Iyad, um oficial do serviço de inteligência palestino, que riu de mim, dizendo: 'Querido amigo, chegou muito tarde. Seu próprio governo direitista já fez ofertas muito tentadoras. Se pretende negociar agora, perderá tempo'", afirmou o ex-embaixador. "Poderíamos ter conseguido a libertação em 1986, mas o governo (de Chirac) obstruiu nossas negociações", garantiu.

As acusações de Rouleau foram ratificadas por outras testemunhas. O ex-presidente iraniano Ha-



Chirac: campanha pela reeleição é prejudicada por novo escândalo

chemi Rafsanjani já declarou que o governo de Chirac havia prometido secretamente normalizar as relações diplomáticas com o país, se os reféns fossem libertados em um "momento conveniente".

Alguns dos reféns foram libertados poucos dias antes do segundo turno das eleições presidenciais de maio de 1988. Porém, o plano não teve êxito, porque Mitterrand ganhou as eleições presidenciais. Pouco depois a esquerda também recuperava a chefia de governo (o cargo de primeiro-ministro) nas eleições legislativas seguintes.

Analistas políticos vêm afirmando que o escândalo libanês afetará ainda mais a imagem de Chirac, que já perde terreno nas pesquisas para o primeiro-ministro socialista Lionel Jospin. Chirac, que ocupa a Presidência desde 1995, já foi acusado em outros casos de usar o poder do Estado para seus propósitos pessoais. As eleições acontecerão em abril. ■

Turquia

Greve de fome dizima presos políticos

Uma greve de fome de presos políticos que já dura quinze meses continua sem sensibilizar o governo turco, que se mantém intransigente, mesmo assistindo à morte de dezenas deles. Os grevistas protestam contra as condições de isolamento total a que estão submetidos desde dezembro de 2000, quando foram transferidos de cárceres comuns para prisões de segurança máxima.

Os colégios de advogados da capital, Istambul, e das cidades de Ankara e Izmir apresentaram no início de janeiro o plano "Portas abertas", segundo o qual os presos permaneceriam em suas celas individuais à noite, mas poderiam reunir-se em grupos de até nove pessoas durante o dia. Segundo os advogados, esta proposta atende as preocupações do Ministério da Justiça, sobre o estreito controle aos reclusos, assim como as reivindicações destes quanto à segurança individual e ao isolamento social.

Porém, a proposta foi rechaçada pelo governo. O ministro da Justiça, Hikmet Sami Tur, classificou o plano como inaplicável e inadmissível. Em troca, o ministro prometeu que poderia permitir aos prisioneiros a permanência em grupos de 10 durante cinco horas por semana, se estes interrompessem os protestos.

A greve de fome começou em 29 de outubro de 2000, quando as autoridades revelaram seus planos de transferir os presos políticos a presídios de segurança máxima, conhecidos como "Tipo F". A medida foi iniciada por 800 presos políticos dos clandestinos Partido Revolucionário de Libertação Popular, Partido Comunista Marxista-Leninista da Turquia e Partido Comunista dos Trabalhadores, para deter as transferências e o isolamento, que ameaçavam sua segurança.

Em dezembro de 2000, efetivos policiais transferiram à força 1.005 presos políticos a presídios "Tipo F" ainda em construção. A partir de então, a resistência aumentou, com a adesão de mais de mil presos. Até agora, já morreram 45 detentos e alguns familiares que aderiram à greve em apoio às reivindicações dos seus parentes. ■

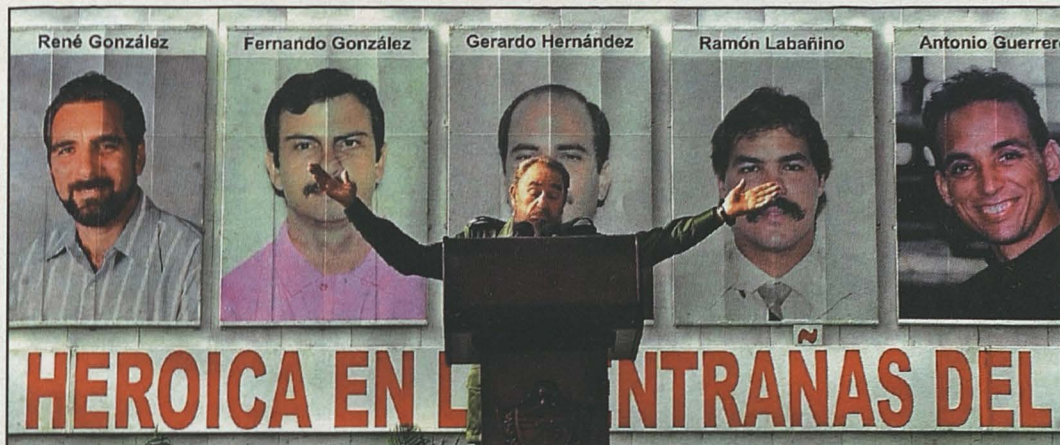


Foto: AFP

Fidel Castro discursou em Havana, em uma manifestação contra o julgamento dos cinco cubanos presos em Miami

ABI protesta contra júri de Miami

Tribunal condena cubanos em julgamento considerado irregular e advogado denuncia a influência dos anticastistas sobre a Justiça

A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LIBERDADE DE IMPRENSA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI) aprovou no final de janeiro moção de protesto contra a Justiça norte-americana, pelo julgamento de cinco cidadãos cubanos acusados de espionagem e terrorismo. A moção, apresentada pelo jornalista Mário Augusto Jacobskind, assinala que Gerardo Hernández Nordelo, Ramón Labañino Salazar, Antonio Guerrero, René González e Fernando González, que já estão presos há três anos, foram condenados pela Justiça de Miami a penas que variam entre prisão perpétua, 15 e 20 anos de detenção.

O advogado de defesa, Paul A. McKenna, está entrando com apelação na Corte de Atlanta, para que haja um novo julgamento, fora da jurisdição de Miami, por entender que a Justiça de lá está sujeita a pressões dos mais variados setores, principalmente da colônia anticastista, como pôde ser visto no próprio primeiro julgamento, e não guardou a necessária neutralidade.

Vingança

Os cinco cubanos são acusados de espionagem, pois viviam em Miami acompanhando o movimento dos grupos anticastistas, responsáveis por diversos atentados na ilha e invasões do espaço aéreo do país. Num dos mais recentes episódios de terrorismo contra o regime cubano, bombas foram detonadas na zona turística de Havana, com o objetivo de reduzir o movimento de visitantes estrangeiros, e um turista italiano foi morto.

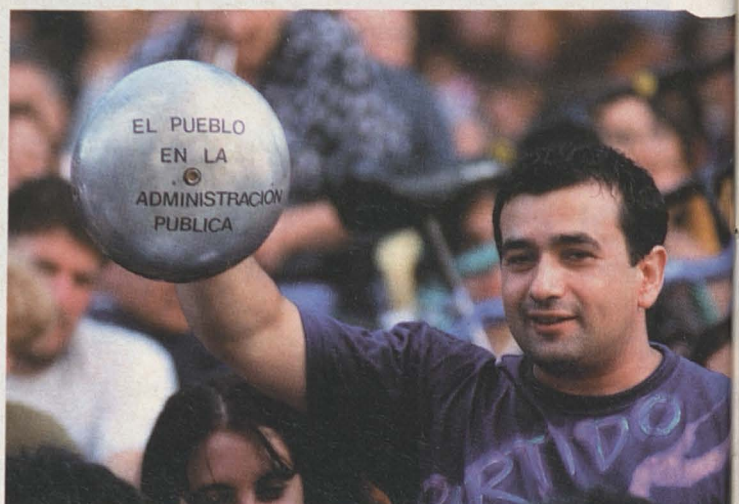
Além de considerar sua atividade de vigilância como espionagem contra os Estados Unidos, o tribunal responsabilizou os cinco cubanos pela derrubada de monomotores de grupos anticastistas que invadiram o espaço aéreo da ilha, em fevereiro de 1996. No julgamento, um dos acusados, Gerardo Hernández Nordelo, frisou que "Cuba tem o direito de se defender dos atos terroristas que se preparam na Flórida com total impunidade, da mesma forma que têm os Estados Unidos o direito de neutralizar os planos da organização do terrorista Osama Bin Laden." Os acusados lembraram ainda que a derrubada dos dois

monomotores pela Força Aérea Cubana foi um procedimento que teria sido seguido pela Força Aérea dos Estados Unidos, caso algum avião intruso sobrevoasse o país – simples medida de autodefesa.

Protesto

A moção aprovada frisa que "a Comissão de Direitos Humanos e de Liberdade de Imprensa da ABI, que condena todas as formas de terrorismo e de injustiças, seja lá onde ocorram, e desde que seja informada e convencida da justeza de uma causa, não se omite. Portanto, não pode silenciar diante desta violação dos direitos de cidadãos latino-americanos que aconteceu em Miami, e deixar de atender ao apelo de jornalistas cubanos aos seus colegas de todo mundo para que se inteirassem do ocorrido e não se fizessem cúmplices de uma injustiça pela omissão. Trata-se de uma grave injustiça e que depõe contra a imagem dos Estados Unidos, uma nação que tem a pretensão de ser o baluarte da democracia no mundo. É um absoluto contra-senso condenar os cinco acusados com base em espionagem e por pretensamente afetar a segurança nacional dos Estados Unidos".

A ABI manifestou-se por novo julgamento em outro tribunal que não o de Miami, para que haja direito à plena defesa dos acusados, longe das pressões da colônia anticastista, e enviou protesto à embaixada norte-americana em Brasília. ■



A primavera argentina

Diante da falta de propostas viáveis para a superação da crise por parte do governo Duhalde, os argentinos continuam mobilizados e com panelas à mão

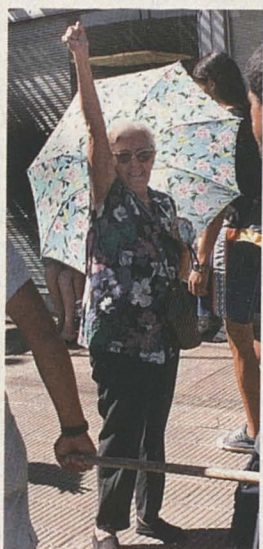
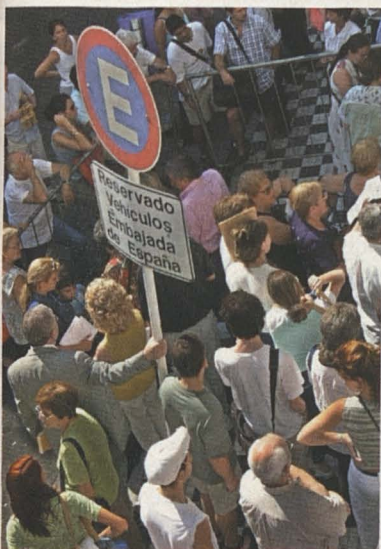
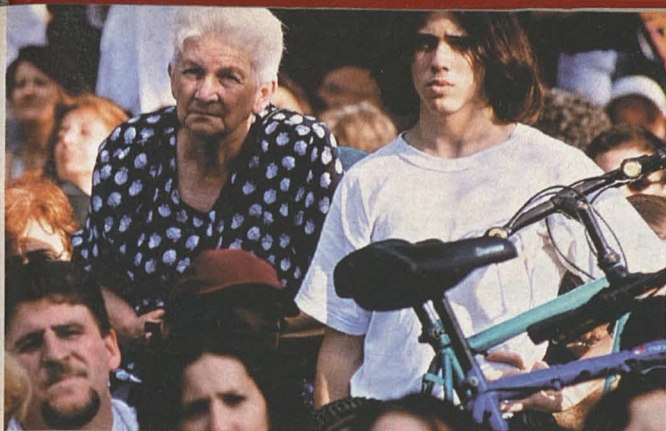
“A PRIMAVERA ARGENTINA é o inferno de Dante sem o sorriso da cândida Beatriz. O que explode nas ruas, além de saques, pane-las, violência policial, mortes, é a nossa vontade de banir os políticos corruptos, mudar as instituições e o destino do país.” A frase acima, que alude ao levante de Praga, capital da Tchecoslováquia, em 1968, e à *Divina comédia*, de Dante Alighieri, foi gravada por um ouvinte na secretária eletrônica de uma rádio de Buenos Aires. Ela dá a dimensão da crise e mostra o ânimo da sociedade civil argentina de enfrentá-la.

A eleição de Eduardo Duhalde, em 1º de janeiro, garantida pelo Congresso depois de acordo entre o Partido Justicialista (PJ - peronista), a União Cívica Radical (UCR) e parte da Frente para um País Solidário (Frepasso), banuiu do horizonte a principal reivindicação da sociedade: as eleições em 3 de março,

que o mesmo Congresso aprovara, por maioria, logo após a renúncia de Fernando De la Rúa, no dia 20 de dezembro. O quinto presidente a sentar na Casa Rosada na cadeira do herói da independência Rivadavia, em 12 dias – antes dele foram De la Rúa; Ramón Puerta, presidente do Senado, Rodríguez Saá, eleito pelo Congresso, e Eduardo Camaño, presidente da Câmara – governará até 2003.

Mas as incertezas são grandes. Mal recebeu a faixa presidencial, Duhalde foi recebido por um estremeceador “panelaço”. As manifestações seguem explodindo nas ruas, diante da falta de resposta do governo aos problemas econômicos e políticos do país. O fim da paridade cambial impôs uma desvalorização oficial de 40 % no peso em relação ao dólar, mas é de 95% no mercado paralelo.

Com uma dívida de 132 bilhões de dólares, reservas cambiais de apenas 8 bilhões, o ministro da Economia, Jorge Remes Lenicov, segue adminis-



Sem recursos para as férias costumeiras, a família acampou no banco onde o dinheiro está retido por força do programa econômico de contenção. No cartaz, o protesto vai mais longe do que permitiria uma simples viagem de férias e a família diz que o confisco afeta o futuro de seus filhos. Nas outras fotos, flagrantes dos monumentais protestos que tornam histórica a presente fase política argentina. Marchas espontâneas, fechamento de ruas e rodovias, e caçarolaços expressam uma cidadania em rebelião permanente contra uma situação criada pelos princípios neoliberais adotados pelo país há mais de dez anos, nos dois governos de Carlos Menem e no de Fernando de la Rúa. Os trabalhadores reclamam empregos e salários, os funcionários protestam contra a desorganização do Estado, os aposentados clamam por seus direitos – e todos choram o fim da ilusão de que um peso era um dólar

trando a medida mais impopular de seu antecessor, Domingo Cavallo: o “corralito”. Esse expediente, que é sustentado graças à ação da Suprema Corte de Justiça, confiscou a maior parte das aplicações financeiras e dos salários da população. Só é possível retirar 250 pesos das aplicações e 1.500 dos salários, mensalmente. “A Argentina está quebrada e não tem mais como reeditar o modelo econômico que vinha praticando”, explica o economista e professor titular da Universidade de Buenos Aires (UBA) Aldo Ferrer, crítico do modelo neoliberal implantado desde 1990.

Gatilho fácil

Na opinião do cientista político Atílio Borón, a coalizão que elegeu Duhalde é fruto de uma aliança entre a burguesia industrial e agropecuária e resulta num “exercício de emergência salvacional” ao qual se agarram um peronismo desgastado e um radicalismo quase implodido. Ante

as medidas governamentais que se sucedem, o povo argentino continua de prontidão com suas “cacerolas” (panelas). Ainda ocorrem saques e depredações a estabelecimentos comerciais.

Com o dinheiro confiscado, enfrentando desabastecimento, inclusive de remédios de uso contínuo, e remarcações nos preços, a população defende-se como pode. A repressão policial segue intensa, mas controlada. Nada comparável com as execuções sumárias a poucos metros da Casa Rosada e em outros pontos do país, que resultaram em 30 mortos, milhares de feridos e centenas de presos, no início dos protestos sociais.

De acordo com reportagem da revista *Veintitrés*, de Buenos Aires, “houve deliberação de superiores para a “turma do gatilho fácil” da Polícia Federal eliminar pessoas em Buenos Aires e Rosário”, a terceira maior cidade do país. A conclusão advém do fato de que os tiros foram disparados no tórax, na testa e nas costas

das vítimas, à queima roupa e numa hora específica do dia. Durante a posse de Duhalde, a Praça de Maio teve o serviço de metrô suspenso e ruas que para ela afluem foram interditadas. Mais de 300 policiais postaram-se diante da Casa Rosada e do Congresso para evitar qualquer manifestação.

A Argentina tem mais de 18,8% da população ativa desempregada, cerca de 14 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e um parque industrial em ruínas. O presidente e o seu “grupo produtivo”, que entregou o Ministério da Produção ao ex-presidente da União Industrial Argentina (UIA), José Ignacio de Mendiguren, terá muito que reconstruir. E em pouco tempo.

“Defendemos eleições gerais antes de 2003 e estamos atentos às medidas que serão tomadas”, diz a deputada Elisa Carrió, da Ação República Independente (ARI). Segundo ela, a moratória da dívida externa era prevista pelos organismos internacio-

nais. Mais: antes de decretar o "corralito", cerca de 98% das contas de argentinos com depósitos acima de 30 mil dólares puderam seguir tranquilamente para bancos no exterior. Ou seja, a conta ficou para o pequeno poupador pagar.

Carrió denuncia também que, durante o processo de renúncia de De la Rúa e nas negociações para indicar seu sucessor, as pressões da banca internacional e das empresas privatizadas foram intensas. Os espanhóis, capitaneados por Felipe González e o chanceler José Piquet, formaram o grupo mais efetivo de pressão. "González abdicou de ser estadista para ser lobista. Esteve em minha casa pedindo para que eu desistisse das eleições e fosse mais compreensiva com as 'privatizadas' e os bancos", critica Carrió.

Victor Di Gennaro, secretário-geral da Central de Trabajadores Argentinos (CTA) afirma que os argentinos desejam um país diferente. "Não há mais espaço, na Argentina, para político e empresário corruptos e sindicato pelego", vaticina. Os meios de comunicação tiveram papel fundamental no convencimento da sociedade argentina do "paraíso próximo" oferecido pelo neoliberalismo. Hoje, na guerra pela audiência, abre amplos espaços para críticas da população ao sistema. O jornalista Horácio Verbitsky, colunista do jornal *Página 12* e integrante do "Detrás de las noticias", o mais prestigiado programa de análise política da tevê argentina, vê com esperança, mas com tensão, a realidade do país. Para Verbitsky, o novo presidente é jogador de "uma aposta final" e o seu governo não passa de uma aliança entre peronistas, radicais, grandes grupos econômicos e sindicalistas-empresários. A mobilização social que derrubou o governo De la Rúa e Cavallo e vem pressionando os sucessores, mas se vê limitada pela falta de organização e de objetivos que levem os protestos além do repúdio a certas práticas e políticos. "Isso cria uma massa de manobra que poderá ser utilizada para avalizar uma saída repressiva, de direita", analisa Verbitsky.

Interna peronista

Não se pode separar a crise política argentina da causada pela disputa interna do peronismo. Três governadores e um chanceler são peças-chaves no processo. Carlos Ruckauf, ex-governador de Buenos Aires e atual chanceler do país, e os governadores José Manuel De la Sota, de Córdoba; Carlos Reutman, de Santa Fé; e Néstor Kirchner, de Santa Cruz. Antes de uma ligação com o peronismo histórico, todos eles têm ou tiveram bom trânsito com Menem e defendem o modelo neoliberal. Os quatro são candidatos à Presidência em 2003 e apenas Ruckauf não o seria – por causa da legislação eleitoral – caso a consulta fosse realizada em 3 de março.

Ruckauf foi vice-presidente de Menem na reeleição de 1994 a 1999. Recebeu a província de Buenos Aires de Duhalde quase à bancarrota e não conseguiu equilibrá-la financeiramente. Ficou conhecido como o criador do "Patacón", bônus provincial emitido para pagar serviços e funcionários. De la Sota foi embaixador do Brasil na gestão de Menem e se distingue de Ruckauf por defender eleições antes de 2003. Carlos Reutman foi uma invenção política de Menem e é forte candidato para 2003.

Néstor Kirchner é o mais independente dos quatro. Defende eleições antes de 2003 e é o único candidato do PJ que propõe mudanças no modelo econômico e a necessidade de se elaborar um projeto nacional para a Argentina. Apesar de cotados para vencerem a disputa interna do partido e mesmo ganhar a próxima eleição presidencial, nenhum desses políticos é majoritariamente preferido pelos argentinos.

Mas acontece que eles têm a seu favor o fato de ter sido introduzida a Lei de Lemas (sublegenda). Ou seja, mesmo que sejam individualmente menos votados que os concorrentes de outros partidos, os candidatos do peronismo desfrutarão do benefício de poder juntar os votos de todos para colocar o Partido Justicialista em boa posição para alcançar a vitória. (A Lei de Lemas justamente é o expediente jurídico e político que permite que um partido lan-

ce vários candidatos e depois some os votos de todos com o mais votado da mesma legenda.) O peronismo mantém maioria na Câmara e no Senado e controla a maior central sindical do país, a CGT, mas está muito desgastado por administrações desastrosas, denúncias de corrupção, e pelo legado de Carlos Menem. A UCR é segundo maior partido do país, embora esteja acossada por não conseguir concluir seus governos e pelo fracasso de De La Rúa.

Os principais dirigentes da UCR, o ex-presidente e atual senador Raúl Alfonsín, e o governador Angel Rozas, antes da renúncia de De la Rúa, propuseram um governo de unidade nacional. Mas não conseguiram "acordo" com os peronistas. Quando o Congresso empossou Adolfo Rodríguez Saá e decidiu pelas eleições de março, a cúpula radical condenou o pleito. Era o esforço final para salvar o partido, completamente desacreditado. De la Rúa foi uma aposta de parte dos argentinos contra a hegemonia justicialista. Começou o governo com 70% de aprovação popular e renunciou com nível quase zero. Uma eleição tão próxima aos eventos traumáticos poderia reduzir a UCR a pó.

UCR, PJ e Frepaso, os principais partidos que apoiam Eduardo Duhalde, estão muito desgastados. Pequenos partidos de esquerda e a emergência da deputada Elisa Carrió (foto), que apareceu nas pesquisas de



opinião com 40% das intenções de votos, numa eventual eleição, põem em risco a hegemonia dos partidos tradicionais. A ascensão de Carrió se deve principalmente à sua atuação na presidência da Comissão de Investigação de Lavagem de Dinheiro, que comprometeu vários políticos e empresários do país. Mas também conta a sua postura firme, condenando o modelo político, econômico e social do país. (Carlos Miranda) ■

Sem a camisa-de-força do 'currency board'

A longa agonia da Argentina chega ao fim com a volta do peso à condição de moeda única. Começa a fase de recuperação para a retomada do crescimento, cheia de dificuldades

Alvaro Queiroz

ENTRE PERSISTIR NA FANTASIA do peso artificialmente valorizado, a desvalorização e a dolarização plena da economia, o governo de Eduardo Duhalde optou, afinal, pela desvalorização e pela pesificação da economia. Pôs fim ao *currency board* (conselho da moeda), siste-

ma que submeteu a Argentina a uma rigorosa disciplina monetária através da paridade fixa de 1 dólar = 1 peso, a fim de reduzir a intervenção do governo na política monetária. Os objetivos perseguidos eram o fim da inflação, a estabilidade econômica (não confundir com a estabilidade monetária) e a confiança dos mercados.

A Argentina passou a gozar das vantagens do suposto fim da inflação, que se

fizera acompanhar de uma onda de consumo, do crescimento da economia e da absoluta confiança das instituições financeiras internacionais.

Por conta da liberalização dos mercados, das privatizações de empresas estatais, da desregulamentação financeira, a Argentina ganhou o status de paradigma de sucesso, "privilégio" atribuído ao México antes da crise de dezembro de 1994.

A política monetária acabou com a inflação por decreto, mas a economia real recusou manipulações e o país descobriu-se vítima de mágicos



Fotos:AFP

Como em todos os demais países que haviam embarcado na jangada da globalização, as causas do êxito que mais tarde se revelaria comprometedor foram na Argentina, os bilhões de dólares que afluiriam para aplicações no mercado financeiro, sob as formas de empréstimos bancários e recursos destinados à compra de empresas estatais e privadas.

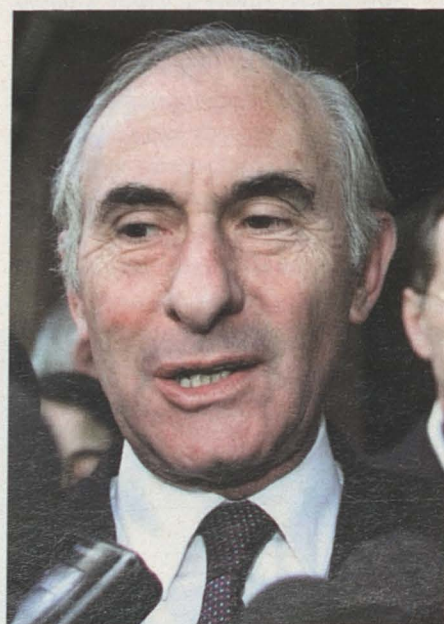
Na época, os dólares ociosos eram abundantes no mercado financeiro internacional. Parte desses dólares lastreou o peso argentino e o real, no Brasil. Ambas as moedas se robusteceram aos olhos do povo, às custas do oneroso processo de endividamento externo e da transferência do valioso patrimônio do povo para o capital transnacionalizado. Parcela significativa dessa pletera de dólares serviu, também, para o financiamento do consumo interno.

A necessidade de saldos no balanço da conta de comércio passou a ser focalizada como coisa do passado, uma vez que os déficits eram cobertos com recursos da conta de capital. Os mentores desse disparate imaginavam que a abundância de recursos externos seria eterna e insistiram em fortalecer o peso, assim como o real, com o acúmulo de dólares que não eram e não são da Argentina nem do Brasil, porque não resultam de saldos no balanço de pagamentos, mas de brutal e insensato processo de endividamento externo.

Depois da crise do México, o "paraíso" argentino começou a dar sinais de turbulência, para, aos poucos, transformar-se em verdadeiro inferno. O estoque de ativos estatais se esgotava e o mercado se prevenia para um futuro de crise de crescente agravamento.

Por outra parte, com a a supervalorização do peso e a crescente dolarização da economia, a Argentina perdera a capacidade de competir nos mercados externos e, a exemplo do Chile, ganhou a rota da desindustrialização.

Hoje, restam na Argentina apenas um banco privado, o Galicia, e dois estatais, o Banco de la Nación e o Banco da Província de Buenos Aires. Mais de 90% da rede



bancária foram transferidos para mãos estrangeiras e as empresas estatais foram absorvidas pelo capital estrangeiro. Essa situação fez com que as remessas de lucros, juros e dividendos e outras formas (ilegais) de transferências externas de recursos aumentassem de forma desmedida. Em consequência, os déficits na conta-corrente do balanço de pagamentos se avolumaram, impondo como saída para atender aos compromissos externos o recurso a empréstimos junto a instituições financeiras internacionais.

Fernando de la Rúa (E) representou o trânsito da esperança ao desespero, ao praticar no poder o que repudiara na campanha eleitoral. Chegou ao cúmulo de tornar Domingo Cavallo outra vez o ministro da Economia, com poderes absolutos, levando a economia a um beco sem saída e a cidadania a uma exasperação incontrolável. Ao alto, o presidente do Banco Central do Brasil, Armínio Fraga, conferência com o novo ministro da Economia, Jorge Remes Lenicov, em Buenos Aires. Na outra página, o presidente Eduardo Duhalde, herdeiro da maior crise da história argentina, cujo programa econômico não desperta a confiança da população



Simultaneamente, acentuaram-se os desequilíbrios fiscais; a dívida externa, no final da década de 90, atingia o patamar de 148 bilhões de dólares; a dívida interna, também em dólares, subia para 130 bilhões, dos quais perto de 100 bilhões só de credores externos. Somadas as duas dívidas, o resultado aproximou-se do PIB do país: 280 bilhões de dólares.

O serviço das duas dívidas tornou-se insuportável. Para honrá-los, o governo de Carlos Menem teve de recorrer a sucessivos empréstimos, agora com o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os créditos "espontâneos" tornaram-se impossíveis, mas o Estado tinha de se endividar para garantir o serviço da dívida externa e as remessas de lucros, juros e dividendos pelas transnacionais que hoje são donas do patrimônio público do país. Eram as maiores interessadas na manutenção do peso supervalorizado e na dolarização plena da economia argentina. As tarifas de serviços públicos, dolarizadas, eram reajustadas pela inflação dos Estados Unidos, já que a in-

flação na Argentina era bem menor, com períodos até de deflação.

Sob o regime bimonetário (peso e dólares circulavam juntos), o peso caminhava para ser uma ficção. Mas, por lei, era obrigatória a troca pelo dólar sempre que solicitada. Inverteram-se os termos da Lei de Gresham (a moeda má expulsa a boa, no caso de circulação de moedas de ouro juntamente com moedas de metais menos nobres). As de ouro eram guardadas como um bem. Saíam de circulação, permanecendo as moedas de metais inferiores na intermediação das trocas.

Os depósitos bancários em dólares correspondiam a mais de 70% do total; em circulação, a moeda norte-americana ultrapassou os 60%. A Argentina, portanto, caminhava para a substituição da moeda má (o peso) pela moeda boa (o dólar).

O governo de Menem e, de forma surpreendente, o de Fernando De la Rúa, foram fiéis cumpridores das determinações do FMI. Fizeram os pesados ônus do Plano de Conversibilidade recaírem sobre os tra-



A fachada do Citibank, em Buenos Aires, protegida por placas de aço, denuncia os tempos de revolta popular contra o modelo econômico

balhadores e os aposentados. Cortaram impiedosamente gastos sociais, reduziram salários dos servidores públicos da ativa e proventos dos aposentados, aumentaram a carga tributária, penalizando mais ainda os assalariados em geral.

Só no ano passado, os trabalhadores na iniciativa privada tiveram os salários diminuídos em mais 7%. De la Rúa foi além de Carlos Menem ao promover a chamada flexibilização das relações de trabalho, derogando a legislação que protegia os trabalhadores. Foi um dos mecanismos usados para baixar os custos de produção das grandes empresas de capital nacional e transnacional e inflar-lhes os lucros.

Além de não terem alcançado os objetivos proclamados, esse conjunto de medidas resultou na compressão da renda disponível para consumo, agravando o déficit fiscal e a recessão que começou em 1997. Note-se que o governo poderia ter obtido de outras fontes os recursos necessários à cobertura do déficit fiscal então de 1,5 bilhão de dólares em 2001. Por exemplo, 0,6% do imposto sobre operações financeiras, que incidiria sobre os depósitos em cadernetas de poupança; aumento de 16% para 20% da taxa de Previdência paga pelas grandes empresas de serviço e bancos privatizados; adiamento da prometida redução de 9,6% no imposto sobre combustíveis, bem como, para 2002, da devolução de parte do imposto de renda pago a mais no primeiro trimestre de 2001 e a eliminação das isenções do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Eram as propostas de vários parlamentares filiados à corrente de esquerda, rejeitadas na Câmara pela maioria de deputados alinhados com o presidente De la Rúa.

A sobrevivência do modelo foi abreviada, sem dúvida, pelo esgotamento da capacidade dos trabalhadores de continuarem a pagar a conta das imprudências dos governos justicialista e da Frepaso. Estimava-se que o governo poderia ter obtido uma receita adicional de 20 bilhões de dólares simplesmente com o fim das isenções fiscais que beneficiam as instituições financeiras, afinal as grandes beneficiárias da transferência inter-setorial de renda re-

sultante da financeirização da economia argentina.

Se as transnacionais pagassem impostos – isto, aliás, não é do seu feitio quando se hospedam nos países em desenvolvimento –, a Argentina, provavelmente, teria amenizado os seus graves problemas e alcançado a grande meta da Lei de Déficit Zero.

O governo, porém, preferiu continuar lançando todo o peso do déficit zero nas costas dos trabalhadores. Como há limite para tudo, tais perversidades chegaram ao ponto do insuportável e o povo resolveu engrossar e intensificar os protestos em todo o país, e com violência crescente.

Diante dos impasses cambiais e monetários, da impossibilidade de gerar superávits externos e das resistências das instituições financeiras internacionais em concederem novos empréstimos para financiamento dos déficits, o país chegou a um impasse. A medida da gravidade dos problemas foi dada pela declaração do ministro da Economia, Domingo Cavallo à imprensa de todo o mundo: “A Argentina está sem crédito.” A possibilidade de moratória das dívidas se acentuava e passou a ser admitida abertamente até pelo FMI e pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. A da dívida externa tornou-se realidade. Agora, aguardam-se as negociações com os credores. Restava a dívida expressa na alternativa desvalorização do peso ou dolarização da economia, afinal dirimida diante da decisão do presidente Eduardo Duhalde de desvalorizar a moeda nacional e estabelecer o câmbio duplo – 1,40 peso por dólar para as operações de comércio externo e 1,90 peso como cotação inicial para transações no mercado livre. O novo governo decretou o fim do *currency board* e depois incumbiu o novo presidente do Banco Central, Mário Bejer, de providenciar a reorganização da instituição e assim devolver-lhe as funções que lhe foram subtraídas na vigência do Plano de Conversibilidade, aí incluída a de emitir a moeda do país.

Para evitar quebra generalizada das instituições financeiras, o Senado aprovou o plano de socorro (o Proer argentino) aos bancos. São 20 bilhões de dólares destina-



O letreiro apela aos sentimentos patrióticos, dizendo que a 'Argentina é empresa de todos'. Mas, na placa metálica que protege a fachada de uma empresa, convoca-se para o protesto contra o empobrecimento da maioria pelas políticas que beneficiaram apenas reduzida camada de argentinos

dos a cobrir os prejuízos que a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional e as mudanças na política econômica poderão acarretar.

Quanto ao “corralito”, ou congelamento dos depósitos bancários, o governo houve por bem flexibilizar-lhe as regras: das aplicações em títulos de renda fixa, 10% podem ser transferidos para contas-correntes, enquanto se alterou de 3000 dólares para 5000 o limite de pesificação das poupanças. Dessa forma, o governo excluiu parte dos recursos dos poupadores do cronograma de liberações que vai até 2005 e injetou discreta liquidez na economia. Mas opôs obstáculos aos saques mensais de 500 dólares das contas de poupança, ao condicioná-los à conversão de seus valores em pesos à cotação de 1,40 peso por dólar.

Por certo, o “corralito” é essencialmente uma medida destinada a evitar um “estouro” do sistema financeiro, inevitável na hipótese de uma corrida aos bancos para saques dos recursos depositados, seja em dólares, seja em pesos. Suspeita-se que os bancos já não dispõem da quantidade de dólares necessária à devolução aos clientes, a partir da denúncia de embarque clandestino de mais de 20 bilhões de dólares



em alguns aeroportos do país. Assim, os argentinos terão de se contentar com a recuperação desses depósitos devidamente pesificados. O prazo será longo, caso contrário o país mergulhará na hiperinflação.

Em entrevista à imprensa, Duhalde definiu o "corralito" como "uma bomba-relógio", que, se explodir, impossibilitará os titulares das contas bancárias de recuperarem um só peso e destruirá todo o sistema financeiro. O presidente reconhece que o "corralito" prejudica o funcionamento

normal da economia, com repercussão na arrecadação dos impostos. Contudo, serve como instrumento de contenção da inflação, reprimida durante tantos anos,

Os principais poderes especiais que a Câmara dos Deputados concedeu ao Poder Executivo incorporam a proibição da correção monetária, ou indexação, devido à desvalorização do peso, ainda que objeto de contrato, mantida, por outra parte, a proibição de atualização, variação de custos ou qualquer outra forma de reajuste das dívidas, impostos, preços ou tarifas de bens, obras ou serviços e nos contratos coletivos de trabalho.

O Poder Executivo definirá os reajustes de dívidas em dólares ou em qualquer outra moeda estrangeira e protegerá principalmente as pessoas físicas e jurídicas que tiverem contraído dívidas de menor valor. A lei torna sem efeito as cláusulas de contratos entre a administração pública e empresas em que estejam previstos reajustes em dólares, bem como dispositivos de indexação baseados em índices de preços de outros países. Essa medida torna sem efeito os reajustes de tarifas de serviços públicos explorados por empresas estrangeiras com base na inflação dos Estados Unidos, conforme prevêem os contratos firmados pelos governos anteriores. As tarifas se mantêm na relação 1 peso = 1 dólar.

Dinheiro novo

O FMI condicionou a liberação de dinheiro novo à elaboração de um plano econômico pelo próprio governo e capaz de obter sólido apoio interno. De acordo com a vice-diretora-gerente do fundo, Anne Krueger, a instituição vai ajudar a Argentina com assistência técnica e conselhos, a partir do momento em que o governo apresente um "programa coerente". Por enquanto, acrescentou, é prematuro estimar o montante da ajuda necessária. O FMI se opõe ao câmbio duplo, mas a equipe econômica de Duhalde já esclareceu que se trata de medida de curta duração. Logo, o país adotará o câmbio flutuante, conforme sugere o FMI. Krueger acha improvável

um novo empréstimo de 15 bilhões de dólares, para ela uma soma muito elevada.

O fundo já concordou em adiar por um ano o pagamento da parcela da dívida do país, já vencida, no valor de 933 milhões de dólares. Mais 5 bilhões deverão ser pagos até o fim deste ano de 2002. O resgate das próximas parcelas também deverá ser facilitado. As empresas estatais transferidas para o capital estrangeiro, petrolíferas, elétricas, bancos, água etc. já se mobilizam para reduzir o impacto da pesificação das tarifas e dos preços, antes dolarizados e reajustados pelos índices de inflação dos Estados Unidos, privilégio que o novo governo considera injustificável.

Elas alegam que se endividaram em dólares e terão inevitáveis prejuízos com a proibição de corrigirem as receitas pela moeda americana. Pesa sobre tais empresas a acusação de haverem contraído empréstimos externos para especulação cambial e provocado uma evasão superior a 20 bilhões de dólares nos dias que antecederam o fim da paridade fixa peso/dólar. O governo adiantou que não cederá às pressões.

As instituições financeiras terão de converter em pesos os créditos concedidos em valores inferiores a 100 mil dólares e devolver na mesma moeda os depósitos aos seus titulares, num montante de 40 bilhões de dólares. Esses recursos foram, na quase totalidade, depositados nos bancos de propriedade estrangeira, mais de 90% das instituições financeiras que operam hoje na Argentina.

Na distribuição dos sacrifícios impostos pelo fim da camisa-de-força do Plano de Conversibilidade, o novo governo, ao contrário dos seus antecessores, tem procurado poupar os trabalhadores. Afinal, desde os primeiros sinais da crise do modelo, eles foram escolhidos pelos governos para pagarem a conta salgada da internacionalização da economia, o que lhes custou desemprego em massa, redução de salários, revogação de direitos duramente conquistados, empobrecimento, fome, miséria, violência social e econômica e perdas de capital acumulado em ativos que a ordem neoliberal transferiu para o capital transnacional. ■



Todos os sofrimentos do mundo

Não há trégua para a dor do povo haitiano. Depois da ditadura e o cerceamento da liberdade, hoje é a vez da traição e o desengano

María de Lourdes Santiago¹

QUANDO ANOS ATRÁS O MOVIMENTO LAVALAS levou à presidência do Haiti Jean-Bertrand Aristide, parecia que o pesadelo da ditadura se converteria em parte do passado amargo. Pela primeira vez em muito tempo, os haitianos conheceram a esperança e acreditaram na possibilidade de se reerguerem como nação. Porém nem sabiam que estavam às vésperas de uma nova dor. O ex-padre de modos pausados e gestos amáveis, agora despojado da pele de cordeiro, revela-se como o lobo feroz que a dentada arranca do povo haitiano a ilusão de um recomeço feliz.

Após o seu regresso à Presidência em 1994, impulsionado pela invasão dos Estados Unidos ao Haiti, Aristide começou a dar sinais de seu gosto pela fortuna fácil e o poder. Impedido de aspirar, por dois

mandatos consecutivos, à Presidência, colocou René Préval em sua posição, para retornar em 2000 servindo-se de eleições marcadas pelo boicote e a fraude. Hoje, o governo de Aristide e seu partido Fanmi Lavalas são campo ocupado por antigos duvalieristas e seus aliados.



Jean-Bertrand Aristide

Em junho de 2001, Aristide assumiu a palavra de ordem Tolerância Zero em resposta às críticas da oposição sobre os excessos do governo. Dessa forma, deu o sinal verde para uma onda repressiva que nas suas práticas imita os temidos Tonton Macoutes da era de Duvalier. Têm se tornado públicos testemunhos de policiais horrorizados diante das

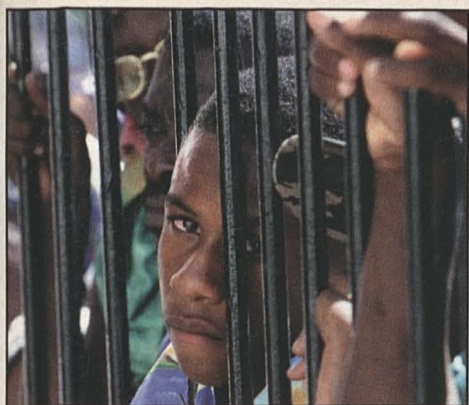
matanças perpetradas em nome da autoridade de Jean-Bertrand; relatos sobre cidadãos assassinados a pauladas, com a cara coberta com sacolas plásticas para poupar os carrascos a visão da dor.

Para legitimar a brutalidade de suas medidas, o governo haitiano apela agora à situação criada pela tentativa de "golpe de

Estado" que teve lugar tempos atrás, tentativa essa que a oposição de forma unânime define como uma cortina de fumaça idealizada pelo próprio Lavalas.

Aristide – ingenuamente reconhecido nos meios locais como um herói em apuros – tem sabido fazer bom uso da ameaça de intolerância. A violência do governo se propaga impunemente. As sedes de Konakom, Panpra e a Convergência Democrática, as instituições políticas da oposição, assim como a casa do intelectual e dirigente político Gerard Pierre-Charles foram incendiadas. Para destruir a residência de Victor Benoit, coordenador nacional do Konakom, um comando armado se apresentou a bordo de quatro veículos, um deles com placa oficial. Depois de semear o pânico entre os vizinhos, tocaram fogo na casa, com a família Benoit ainda no interior. Os Benoit conseguiram escapar das chamas, graças à solidariedade dos habitantes do povoado de Lilavois. As autoridades locais se limitaram a contemplar como a casa era consumida pelo fogo.

A imprensa continua sendo objeto de pressões que têm obrigado vários jornalistas a exilarem-se. A morte de Brignol Lindor, jovem jornalista assassinado a marteladas em dezembro passado, continua sem ter sido esclarecido (ver quadro) assim co-



A população do Haiti tem saído às ruas para protestar contra o elevado custo de vida e a violência policial do regime. A esperança de começar uma nova etapa após a derrocada de Duvalier morreu com a guinada do ex-sacerdote Aristide, que traiu a confiança que o povo nele depositou



Fotos: AFP

Imprensa amordaçada

Grupos de defesa da liberdade de imprensa denunciaram 24 funcionários e líderes políticos do Haiti, entre eles o presidente Jean-Bertrand Aristide, por impedir a investigação do assassinato de Jean Leopold Dominique, diretor da Rádio Haiti Inter, Brignol Lindor, jornalista da Rádio Echo. Militantes do grupo Repórteres sem Fronteiras (RSF) e da Rede Dâmocles, criada para pressionar as autoridades do mundo inteiro a levar perante a Justiça aqueles que a RSF chama de "predadores da liberdade de imprensa", em carta ao Congresso dos Estados Unidos e à União Européia, manifestaram que "a impunidade nestes dois casos é o resultado da estratégia oficial, destinada a amordaçar os jornalistas considerados excessivamente críticos do governo".

A carta pede às autoridades norte-americanas e européias que neguem vistos de entrada aos 24 haitianos acusados e que congelem suas contas bancárias individuais. Na mira da Rede Dâmocles estão, além de Aristide, o ex-premiê Jean Marie Cherestal, outros três ministros e um vice-ministro, sete senadores, sete oficiais de polícia, dois funcionários judiciais e dois prefeitos. Robert Menard, secretário-geral da RSF, ao término de uma visita ao Haiti, concluiu que não há vontade política para esclarecer os fatos.

Jean Marie Cherestal renunciou no final de janeiro, depois que parlamentares do próprio partido do governo lhe recriminaram o fato de ter gasto mais de um milhão de dólares para comprar uma residência oficial, quando o país está mergulhado na miséria. A decisão do ex-premiê não faz mais do que agravar a crise que sacode o situacionista partido Lavalas, do presidente Jean-Bertrand Aristide.

A ajuda internacional ao Haiti está congelada desde que a oposição e a comunidade internacional questionaram a realização e os resultados das eleições legislativas de 26 de maio de 2000.

mo o de Jean Dominique, assassinado em abril de 2000 ao sair da rádio que ele dirigia. Ambos os jornalistas eram conhecidos por suas abertas críticas ao regime. Partidários de Fanmi Lavalas são apontados como responsáveis pelas duas mortes. Durante o ano passado, mais de 20 repórteres declararam ter sido vítimas de ataques ou ameaças por parte da polícia e o partido situacionista.

As liberdades civis desapareceram na prática e estão virtualmente proibidas as reuniões políticas. A figura outrora geradora de esperanças de Aristide tem se convertido em sinônimo de violência e repressão.

O Haiti demonstra que há males que duram mais do que cem anos, e povos com o dom mágico de resisti-los. No Haiti, a miséria e a devastação ambiental não têm conseguido quebrar o espírito do povo, que se debate entre mitos fantasiosos e realidades espantosas. À paisagem fosca e cinza de um país sem árvores, responde com murais de uma alegria impossível. À tirania que se obstina em seqüestrar o coração e a sensibilidade de seus governantes, replica com um esforço renovado que não conhece a rendição.

A ausência de compromisso democrático das autoridades haitianas encontra livre acesso à falta de solidariedade para com o povo mais desafortunado da América. O Haiti, com o qual todo o continente tem uma dívida de gratidão – foi o presidente Petion quem deu apoio a Bolívar, herói da

independência, no seu momento mais difícil, aceitando como única recompensa a liberdade dos negros nos países libertados do domínio espanhol –, merece pelo menos a denúncia mais enérgica, a exigência mais firme neste seu novo calvário.

Como dizia um manifestante em um protesto do ano passado, tem sido muita dor para agora só colher o abandono e a morte.

A palavra de ordem da Convergência Democrática, Tet Asam, que significa Todas as Cabeças Juntas, tenta incluir os povos irmãos. O país ao qual lhe tem proporcionado viver todos os sofrimentos necessita hoje da solidariedade de toda a América Latina. ■

¹A autora é a vice-presidente do Partido Independentista de Porto Rico

Nova data para a paz

Sem convicção de parte do governo nem da guerrilha, novo prazo é definido para a entrada em vigência do cessar-fogo

O PRÓXIMO 7 DE ABRIL foi marcado pelo governo e os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) como a nova data limite para se alcançar um acordo de paz. O presidente Andrés Pastrana anunciou a prorrogação da vigência da zona desmilitarizada cedida às Farc, ao sul do país, até o dia 10 de abril, com a condição de que até o dia 7 desse mês a guerrilha aceite o cessar-fogo.

O acordo de Los Pozos, assinado em meados de janeiro, marcou o reinício das negociações que desde 17 de outubro estavam interrompidas. O processo de paz na Colômbia começou em 1998 e visa pôr fim a um conflito armado que já dura quatro décadas e que fez, somente nos últimos dez anos, mais de 40 mil vítimas.

As Farc, que têm cerca de 17 mil homens, admitem no futuro abandonar a luta armada e transformar-se em partido político. Mas acreditam que ainda não há condições políticas para que os guerrilheiros vivam legalmente, pois nenhuma força política tem condições de assegurar-lhes a integridade física.

Os rebeldes das Farc têm muito presente o que aconteceu com o grupo guerrilheiro M-19. Após transformar-se em partido em 1990 e eleger a maior bancada da Assembleia Constituinte naquele ano, o M-19 teve a maioria de seus dirigentes assassinada após voltar a

atuar na legalidade. Hoje o movimento é quase inexpressivo, com apenas um par de deputados no Congresso.

O governo, por sua vez, decidiu prorrogar a decisão de não iniciar nenhuma incursão militar na chamada zona desmilitarizada até o dia 10 de abril. A zona desmilitarizada tem uma superfície pouco superior à da Suíça, (com 42 mil km²). O Acordo de Los Pozos foi alcançado depois de quatro dias de intensas negociações, com o estabelecimento de prazos para o avanço do processo e a formalização da supervisão da comunidade internacional, através de um grupo de dez países. O delegado da Secretaria Geral da ONU para a paz na Colômbia, James Lemoyne, disse que ele “é um ponto de partida” para a busca da reconciliação em um processo que não será fácil.

Por seu lado, o Exército de Libertação Nacional (ELN), a segunda maior força guerrilheira do país (com cerca de 7 mil homens), levantou a trégua unilateral

de 19 dias que tinha definido. “Deixamos uma lição quanto à unidade de comando e de disciplina existente nas fileiras do Exército de Libertação Nacional”, disse o comunicado oficial da organização. Mas denunciou que as Forças Armadas e os grupos paramilitares violaram a trégua, “realizando intensas operações que deixaram um saldo de 30 mortos e desalojaram mais de 500 moradores. Estas mesmas Forças Armadas fumigaram a aérea com produtos tóxicos em várias estradas do leste de Antioquia”. Daí o ELN ter concluído que “na Colômbia não existem condições para novas tréguas unilaterais da parte dos insurgentes, que por enquanto são utilizadas de modo perverso pelas Forças Armadas para delas tirarem vantagens militares”.

Oscar Santos, comandante do ELN denuncia a campanha do governo que assimila a luta dos rebeldes colombianos à atuação de grupos terroristas. “Lutamos pelo povo, não somos terroristas.” E prossegue: “Não podemos abandonar a luta armada, porque seria aceitar que o nosso país viva de joelhos.” E fazendo eco dos temores das Farc afirma que na Colômbia não há condições para se fazer oposição política, nem parlamentar. “Há pouco assassinaram um dirigente dos petroleiros, Aury Sara. Com ele somam 147 os líderes populares mortos somente em 2001. Nós estamos buscando uma saída política, mas abandonar a luta agora seria trair os nossos ideais.”

A principal organização paramilitar, a Autodefesas Unidas da Colômbia (AUCs), de extrema-direita, dedicada a combater as guerrilhas, também deu a sua reposta aos últimos acordos, chamando o presidente Pastrana de “traidor da pátria e covarde”. As AUCs são acusadas por vários massacres de civis que supostamente apoiariam as Farc ou o ELN. ■

Foto:AFP



Rebeldes e governo assinam acordo de Los Pozos, reiniciando as negociações

Política de Ariel Sharon fecha as portas para a saída negociada, debilita a liderança de Arafat e abre uma incógnita sobre o futuro das relações árabe-israelenses



Wafa Idris, de 30 anos, nascida e criada no campo de refugiados palestinos de Al-Amari, na Cisjordânia, seria a mulher-bomba que se imolou pela causa palestina em 27 de janeiro em Jerusalém matando um cidadão israelense e ferindo outros quarenta. Na foto ela aparece no dia da sua graduação na Universidade em Ramallah

Num beco sem saída

Micaela Ramada

O ATENTADO A BOMBA DE 27 DE JANEIRO PASSADO no centro comercial de Jerusalém, a primeira missão suicida a ser protagonizada por uma mulher, que levava grande carga de explosivos consigo, serviu para mostrar ao mundo o novo degrau na escalada de violência atingido pelo conflito palestino-israelense. Mostrou, também, que a Lei do Talião, aquela do olho por olho, só serve para jogar mais lenha na fogueira e não poderá ser nunca a chave da saída ao conflito. Uma lição, aliás, que já tinha sido entendida por Yitzhak Rabin, uma década atrás. Depois de ter feito a guerra com os palestinos, o assassinado líder do Likud não duvidou em deixar de lado a força e apelar para a diplomacia, assinando com Yasser Arafat os Acordos de Oslo, em setembro de 1993.

Mas o país e o Likud são hoje liderados pelo general Ariel Sharon, que, além de não ter o senso de responsabilidade histórica nem a sensibilidade de Rabin, cultiva um ódio pessoal contra Yasser Arafat, a quem já tratou de aniquilar no Líbano, nos anos 80, e quase o conseguiu (ver quadro).

"Foi Sharon quem começou o ciclo de vinganças entre israelenses e palestinos, e quem desencadeou a violência após semanas de relativa calma, depois que o líder palestino Yasser Arafat declarou um cessar-fogo unilateral em 16 de dezembro", escreveu no seu editorial a respeito desse atentado o influente jornal em língua inglesa *Gulf Times*, dos Emirados Árabes Unidos. O *Gulf Times* criticou o primeiro-ministro de Israel por encerrar Arafat e autorizar uma série de assassinatos seletivos, "mesmo sabendo que essas provocações acabariam com a paciência palestina".

Mas, nos meios políticos e diplomáticos do Oriente Médio, sabe-se que Sharon nunca quis a paz nem dissimula seu desejo de anular os Acordos de Oslo para ficar livre das amarras diplomáticas e apoderar-se de mais terras árabes. A partir do momento que George W. Bush deslançou a guerra contra o Afeganistão em nome do combate ao terrorismo, Sharon não titubeou. Lançou mão de palavras de ordem que ele tinha utilizado 20 anos atrás e estavam esquecidas no fundo do baú, e voltou a proclamar a necessidade de destruir Arafat por ser "um terrorista". A lógica bélica que orienta a atuação do governo Bush fez com que a armadilha preparada por Sharon desse resultado. "Arafat passou de interlocutor válido a novo inimigo dos Estados Unidos", reconhece o mesmo jornal. Resultado: as perspectivas de paz e de estabilidade no Oriente Médio são cada vez mais remotas.

Divergências palestinas

Em 18 de dezembro, dois dias depois de Arafat declarar um cessar-fogo unilateral, Israel bombardeou com aviões F-16 a sede do governo municipal palestino na cidade de Tul-karem, na Cisjordânia, destruindo o prédio. A agressão israelense também se estendeu à cidade de Ramallah, onde foram destruídas as emissoras de rádio e de televisão da ANP (chamadas Voz da Palestina), causando uma morte e deixando numerosos feridos. Foi justificada por Sharon como represália à morte de seis israelenses em uma boate, na véspera, em um atentado de um palestino suicida solitário, na cidade israelense de Hadera. Nem os Estados Unidos nem a União Européia nem mesmo as Nações Unidas condenaram o bombardeio.

A partir de então, Israel passou a cercar cidades palestinas e decidiu confinar em uma espécie de prisão domiciliar na cidade de Ramallah, na Cisjordânia, a Yasser Arafat. "Ele está incapacitado de mover-se livremente entre sua gente e de ser um líder efetivo, por culpa das forças de ocupação", denunciou a imprensa árabe.

A violência do revide israelense e o silêncio da comunidade internacional provocaram indignação e confusão nas fileiras palestinas. O fato foi considerado mais grave ainda por estar vigorando formalmente o cessar-fogo anunciado por Yasser Arafat. Os grupos militantes islâmicos juraram vingança, enquanto que alguns líderes políticos reiteraram seu apoio à liderança do presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP).

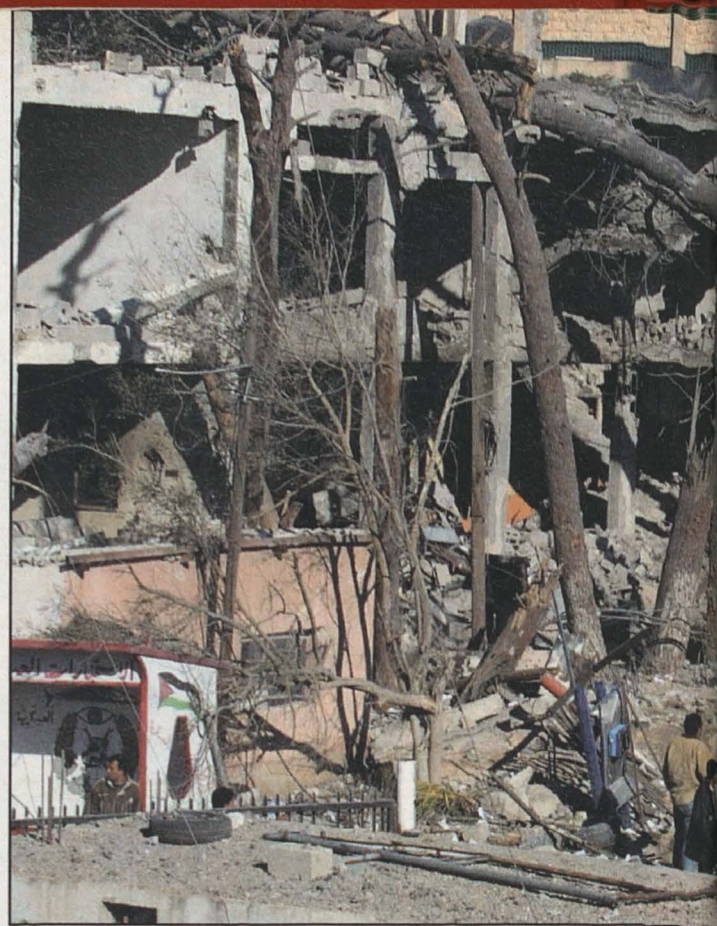
O Movimento de Resistência Islâmica (Hamas) e outros grupos radicais prometeram mais violência. "É melhor morrer lutando do que sermos massacrados como ovelhas", declarou Hassan Yussef, líder do Hamas. Ele lembrou que, além dos bombardeios e da contínua repressão aos palestinos, Israel continua aplicando de forma implacável a punição às famílias de supostos "terroristas", com a demolição de suas casas. Yussef denunciou que Israel tem destruído dezenas de moradias no sul da Faixa de Gaza, deixando centenas de pessoas sem lar.

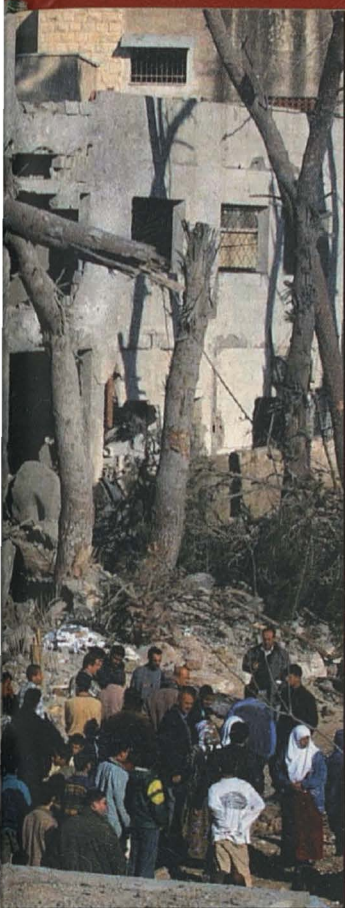
Entre dois fogos e ainda enfrentando a divisão na liderança palestina, a população civil chora os seus mortos e a morte das esperanças de declarar a independência do Estado palestino, pelo menos no curto prazo.

"Tratamos de dialogar (com Israel) durante 10 anos e não obtivemos nada. Agora voltamos à luta, que não há de terminar tão cedo", resumiu Yussef Zayed, jovem manifestante palestino, de 19 anos.

Mais de 800 palestinos e 240 israelenses morreram desde o início da segunda "intifada", o levante palestino contra a ocupação de Israel, em setembro de 2000.

A reviravolta diplomática de Washington, que agora ameaça com o fechamento do escritório da Organização pela Libertação da Palestina em Washington e o congelamento de





Fotos: AFP

Queima de arquivo

O ex-ministro libanês Elie Hobeika (foto), assassinado em 25 de janeiro passado, em um atentado a bomba em Beirute Oriental, que fez explodir o seu carro, matando também seus três guarda-costas, deixou fitas de vídeo gravadas com todas as revelações que tinha prometido fazer no depoimento que devia prestar à Justiça da Bélgica. Hobeika era testemunha chave para esse tribunal aceitar ou não a denúncia contra o primeiro-ministro israelense Ariel Sharon, acusado de crime contra a Humanidade por sobreviventes dos massacres nos campos de refugiados de Shabra e Chatila, no Líbano, em 1982.

Hobeika era o líder da milícia cristã Forças Libanesas, de extrema-direita, tida como o braço executor do massacre, com o aval de Sharon, que na época era o comandante das tropas



israelenses que invadiram o Líbano e ocuparam Beirute, expulsando de lá a Organização para Libertação da Palestina, de Yasser Arafat. O governo libanês responsabilizou o primeiro-ministro Sharon pela morte de Hobeika, classificando-a de queima de arquivo. Israel negou a acusação.

As fitas gravadas por Hobeika, que incriminariam Ariel Sharon, estariam com os seus advogados, mas

ninguém sabe ao certo onde elas estão guardadas. Representantes da acusação afirmaram que a morte de Hobeika não reduz as chances de indiciamento de Sharon. As evidências que já existem seriam suficientes, mesmo na pior das hipóteses, de que as fitas não apareçam.

Sharon teria responsabilidade pessoal direta nos massacres que custaram a vida de mais de dois mil palestinos. Ele retirara os soldados israelenses das proximidades dos campos de refugiados para permitir o avanço da Falange Cristã de Elie Hobeika sobre os refugiados.

A ofensiva de Ariel Sharon contra os palestinos corresponde a uma guerra que desarticula a administração da ANP e inviabiliza qualquer avanço em direção à paz. A destruição da Rádio e TV Palestinas (foto acima à dir.), os ataques a quartéis das forças de Yasser Arafat (foto acima à esq.) e o próprio confinamento do líder palestino em Ramallah, além das seguidas destruições de casas (foto ao lado), atestam a aposta no impasse feita por Sharon, com o apoio dos EUA

suas contas bancárias, acusando Arafat de terrorismo, foi supostamente causada pelas armas encontradas no navio Karine, apreendido pelos israelenses em 3 de janeiro. Os Estados Unidos acusam a Autoridade Nacional Palestina de estar por trás desse carregamento.

Mas Arafat nega a acusação e acusa Israel de mentir em relação à captura do barco com as armas. O líder palestino afirmou que estudará o caso com seus parceiros da Liga Árabe na próxima reunião de cúpula, em Beirute. Arafat afirmou que o episódio foi uma "farsa fabricada por Israel para encobrir suas agressões contra o povo palestino". ■

O fenômeno dos vídeos domésticos

Com orçamento modesto e sem sofisticação técnica, as produções independentes são um sucesso de público e contribuem no resgate das diferentes expressões da cultura popular

Edouard Bailby

SEM RECURSOS TÉCNICOS E FINANCEIROS, A ÁFRICA SUBSAARIANA tem produzido poucos longas-metragens nos últimos dez anos. Até hoje os únicos artistas e diretores de cinema internacionalmente conhecidos são Balla Moussa Keita, falecido em 2001, e Souleymane Cissé, ambos do Mali. No entanto, um fenômeno novo apareceu na Nigéria, e agora em Gana, que pode abrir perspectivas inéditas no continente.

Trata-se dos chamados vídeos domésticos, que estão sendo produzidos aos milhares. Numa feliz iniciativa, o 21º Festival Internacional de Filme em Amiens, no norte da França, exibiu uma série de vídeos da Nigéria com a presença de Funke Kelani e Zeb Ejiro, que contaram a sua própria experiência.

Foi em 1992, durante a ditadura do general Babangida, que surgiu o fenômeno dos vídeos domésticos. Nesse ano Chris Obi Rapu, mais conhecido sob o pseudônimo de Vic Mordi, produziu *Ibo Living in Bondage*, seguido de *Circle of Doom* no ano seguinte. Com o toque de recolher imposto pelos militares e a falta de segurança nas ruas de Lagos, impedindo que o público pudesse freqüentar as salas de espetáculo, o sucesso dos dois primeiros vídeos domésticos foi imediato. Em menos de 20 anos, já foram produzidos cerca de quatro mil filmes que hoje são exportados para os países vizinhos. O mais interessante é que muitos são falados nas três línguas principais da Nigéria, além do inglês. Em 2000, por exemplo, 192 vídeos foram realizados em hauçá, 186 em iorubá e 18 em ibo, idiomas tam-



Os novos cineastas africanos contam, na França, sua experiência na produção dos chamados vídeos domésticos, cuja proliferação expressa alto significado para as culturas locais

bém praticados em outras regiões da África ocidental. Graças aos 15 mil vídeos-clubes espalhados em todo o território nacional, que emprestam as cópias aos particulares, os filmes podem ser vistos em casa por uma enorme porcentagem da população.

Os vídeos domésticos nigerianos não têm nada a ver com os filmes de Hollywood ou da Europa. Primeiro, porque os seus realizadores não têm recursos técnicos nem financeiros suficientes. Segundo, porque os temas tratados dizem respeito à vida quotidiana do povo nigeriano: família, feitiçaria, corrupção, falta de segurança. Os vídeos-jujus, muito populares, giram em torno do candomblé, sendo rodados em línguas africanas. Tecnicamente o som ainda deixa muito a desejar. Por outro

lado, os filmes são realizados em apenas uma ou duas semanas em locais abertos e, para evitar gastos excessivos, as cenas são filmadas uma vez só. Atualmente, mais de 260 pequenas empresas de produção empregam entre três mil e quatro mil pessoas. Além dos videoclubes, camelôs, barbearias e quitandas vendem milhares de cópias a um preço barato que depois são projetadas em casas particulares.

País de 95 milhões de habitantes, a Nigéria encontrou nas suas raízes culturais a melhor maneira de resistir à hegemonia de Hollywood. O artista principal de um vídeo doméstico ganha no máximo 4.572 reais. Os filmes não são sempre de excelente qualidade mas, falados nas línguas tradicionais da África, refletem uma maneira de viver e pensar *sui generis*. ■

PROMOÇÃO

Volta às aulas

Desconto de 25% no preço de tabela
para professores e estudantes na assinatura
de uma de nossas publicações

De R\$ 72,00 por R\$ 54,00 à vista

ou

2 x R\$ 29,50

3 x R\$ 20,50

4 x R\$ 16,00



Peça já sua assinatura



Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 a 510 - Lapa - CEP 20241-080

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455

Correio: assinaturas@etm.com.br

Internet: www.etm.com.br

SÃO LUÍS

ENTRE AS 4 CAPITALIS COM MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL



São Luís



Porto Alegre



Florianópolis



Vitória

São Luís cuida bem das suas crianças. Esta foi a constatação feita pelo UNICEF, que pesquisou números relacionados aos serviços de saúde, educação e assistência social prestados às crianças em todo o país. Os investimentos da Prefeitura nestas áreas combatem a mortalidade e o trabalho infantil ao mesmo tempo que garantem maior permanência dos alunos em sala de

aula, a criação de mais vagas escolares e ensino de qualidade. Estas ações resultaram num dos melhores índices de desenvolvimento infantil do Brasil. Entre todas as capitais brasileiras, São Luís só fica atrás de Vitória, Florianópolis e Porto Alegre. E olha que nós só estamos engatinhando. Muitos outros avanços e conquistas ainda vêm por aí.



PREFEITURA

Trabalho e Honestidade

S E M E D